



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 55

Sessão Ordinária Fevereiro

1.º Reunião em 19/02/2021

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Jerónimo dos Santos Dias, David Filipe Ramos Silva, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os deputados, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Ana Cláudia Pinto de Oliveira e Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram os Vereadores Manuel Oliveira de Sousa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Jerónimo dos Santos Dias, e David Filipe Ramos da Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Andreia Patricia Pereira

da Fonseca, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, e Cláudia Maria Pinto Ferreira, pediram escusa.⁰⁰³

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento⁰⁰⁴ da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar a mesma se encontra disponível nos serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 51 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 1.ª reunião realizada em 13-11-2020: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Nuno Manuel Marques Pereira, Raúl Ventura Martins, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Fernando Tavares Marques.

Acta n.º 52 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 2.ª reunião realizada em 20-11-2020: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Raul Ventura Martins, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.

Acta n.º 53 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 3.ª reunião realizada em 27-11-2020: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁷

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Raúl Ventura Martins, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 54 – Sessão Extraordinária Janeiro – Sessão realizada em 27-01-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁸

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Fernando Tavares Marques.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os órgãos das suas Freguesias e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2021;**
- Ponto 2 – Apreciação e votação da adesão à “European Route of Ceramics Associations”;**
- Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 10NOV20 a 15FEV21;**
- Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação " Instalação do Conselho Municipal da Juventude do Município de Aveiro";**
- Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação " Por medidas de melhoria do sector dos resíduos e a aplicação de tarifa social automatizada";**
- Ponto 6 - Apreciação e votação da Moção "Por uma moratória ao aumento da taxa de gestão de resíduos e uma maior comparticipação dessas verbas para os municípios".**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Ana Jorge Pereira:[010](#)

"Boa noite a todos. O motivo que me traz aqui de facto custa-me, porque venho aqui dizer à câmara municipal que não está a cumprir com uma obrigação, que é a obrigação de infra-estruturar um loteamento municipal situado em Santa Joana no qual eu sou proprietária de um dos lotes. E aquilo que acontece é que existe já várias moradias construídas nesse loteamento e a Câmara Municipal que há já vários anos vendeu esses lotes, nalguns casos resultado de permutas e ao contrário daquilo que exige aos munícipes não infraestruturou o loteamento. Acontece que não há saneamento, não há escoamento de águas pluviais, o que neste tempo de chuva tem causado prejuízos enormes a toda a gente que ali mora.

São moradias novas. Eu estou ali há dois meses. Os meus vizinhos estão há um ano, ano e meio. Sei que os meus vizinhos já intervieram em sede de assembleia municipal, tenho já vários ofícios remetidos à câmara municipal, mas a verdade é que o projecto não avança, não obtenho resposta aos meus email que tenho enviado para a Câmara, nomeadamente para a presidência e para alguns vereadores, não obtenho resposta de forma alguma e portanto custa-me ver tantas obras a serem adjudicadas e não venho falar da pertinência dessas obras, mas venho porque aquilo que está em causa é efectivamente uma obrigação camarária. Não se trata de uma requalificação ou de uma melhoria, trata-se de uma infra-estrutura básica que de facto devia estar há muito tempo construída.

E portanto venho aqui no sentido de apelar à urgência no tratamento desse assunto, considerando que está a causar prejuízos, como já referi, nomeadamente pelo menos no nosso caso, naquilo que toca à ausência de escoamento de águas pluviais. Neste momento

aquilo que acontece é que o escoamento que nós temos nas nossas moradias que escorre para o exterior, acaba muitas vezes de uma espécie de retorno e portanto está a inundar aquilo que é nosso e que é novo. E portanto a situação parece-me a mim que é grave, mas é sobretudo necessária uma vez que se tratasse de um loteamento privado a câmara nem sequer teria concedido qualquer tipo de autorização de alvará porque exigiria sempre que essa infra-estrutura estivesse construída.

E portanto parece-me que é uma situação que tem de ser resolvida. E acho também lamentável que eu, como cidadã e como proprietária de um desses lotes ter de vir aqui expor a situação porque não venho pedir nada que não esteja legalmente previsto. E portanto era nesse sentido que eu vinha aqui fazer essa intervenção. Obrigada."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹²

"Muito boa noite Senhor Presidente, caros colegas. Senhora Doutora, enfim, pelos vistos o colega seu vizinho não lhe contou a conversa que aqui tivemos há alguns meses que veio expor a questão igual, como expôs aqui hoje. E eu longamente e com muito pormenor respondi. Vou-lhe responder com a mesma objetividade, procurando ser menos, ser mais contido no uso do tempo, embora dizendo-lhe tudo.

Tem toda a razão, como é evidente. Uma entidade que faz um loteamento e que vende lotes, nos termos legais, deve ter a operação de infraestruturização terminada antes de vender os lotes, antes de emitir licenças de construção ou licenças de utilização das moradias no caso do loteamento habitacional, como é evidente.

Mas no nosso município não foi assim durante décadas. E a nossa Câmara fez os chamados loteamentos municipais, que é um nome muito interessante em termos jurídicos e políticos, porque não existem loteamentos municipais. O nome "municipal" é porque era a própria câmara a loteadora e como era a câmara loteadora achava-se no direito de fazer tudo de qualquer maneira, não cumprindo a lei.

E portanto temos dezenas de loteamentos em que alguns deles (este ainda tem estrada para lá chegar), mas temos loteamentos com lotes vendidos que nem a estrada têm para chegar aos lotes. Portanto estamos a falar de dezenas de operações de loteamentos pequeninos como este e de loteamentos com dezenas de lotes, bem grandes e, obviamente, temos um trabalho que nos levará alguns anos para pormos tudo isto na devida ordem.

Alguns deles têm operações de permuta e de pagamentos de dívidas de muitas centenas de milhares de euros. E esses que têm dívidas financeiras envolvidas já resolvemos todos, no quadro da recuperação financeira da Câmara.

Aqueles que exigem obras, Senhora Doutora temos ainda um longo caminho pela frente. Neste caso específico, este loteamento pequeno, tem duas situações. Tem uma delicadeza de projeto que está resolvida, embora seja uma resolução recente, que é o problema de descarga das águas pluviais. Estamos numa zona, aliás vê-se pelos vídeos que nos manda os seus e-mails, que há uma acumulação naquela zona. Portanto é uma zona depressiva em relação à sua envolvente. Acumula água da chuva e, portanto, vamos ter que a encaminhar para uma zona de descarga normal.

Foi muito complicado porque essa zona de descarga não está próxima. Mas pronto, está definida. É, enfim, um bocadinho absurdo irmos fazer o que vamos fazer, porque é um longo coletor para retirar a água da chuva de uma pequena zona urbana, mas é tecnicamente a solução possível, não a nenhuma outra possível. Portanto está definida e já em fase de projeto de execução.

O resto é simples, o resto é muito simples. São passeios, caldeiras de árvores, árvores, algumas baias de estacionamento automóvel que ali também tem e pronto. E, portanto, isto está em fase de projeto. Repito, a delicadeza que tínhamos está resolvida desde a semana

passada, há dez, quinze, dias que era a zona de descarga das águas pluviais. Como disse e bem é ali, digamos assim, o primeiro dos problemas e é também o mais difícil de resolver. E depois há uma segunda dimensão que aí, enfim, já disse isto ao seu vizinho, digo também a si, e eu tenho todo o gosto em promover uma reunião para explicar isto com algum pormenor, são problemas graves que existem na relação deste loteamento com os terrenos do Colégio Dom José I, que é o vizinho do lado de trás dos vossos lotes. Coisa muito delicadas, se falar com o seu vizinho do lote mais a poente, ele conta-lhe a história porque já teve muitas reuniões comigo, durante várias horas, porque o lote dele é peça-chave neste processo. E ainda hoje não conseguimos resolver o problema.

É um problema muito complexo que tem a ver com o próprio licenciamento do Colégio. Porque ainda hoje aquele Colégio que ali está e que, felizmente, serve muitos cidadãos nossos, ainda hoje é uma infraestrutura não licenciada. E, portanto, a delicadeza maior que nós temos para resolver os problemas deste loteamento, com uma incidência muito forte no primeiro lote construído, que está na origem também do problema porque ocupava ilegalmente, embora o ilegal fosse consentido pela Câmara, uma parte do terreno da Câmara e que hoje está parcialmente ocupado pelo Colégio.

Uma coisa muito complicada. E não tem sido possível fechar o acordo. Foi possível fechar o acordo que o Colégio, mas fechar o acordo é que não tem sido possível, porque há pagamentos financeiros que o Colégio tem de fazer à Câmara de monta relevante. E, enfim, empresa detentora do Colégio tem alegado vários argumentos, várias justificações, para não conseguir cumprir a execução. E é fundamental até para se consumir melhor dizendo, o licenciamento das construções do Colégio que como disse ainda hoje tem o seu licenciamento por terminar.

Senhora Doutora a decisão que tomámos recentemente é que mesmo que nós não conseguíamos esta solução plena da relação com o Colégio, nós resolvemos as questões de infraestruturas do loteamento.

O nosso cronograma é ter o projeto pronto durante o mês de Março e acto imediato arranjarmos empreiteiro para irmos executar as obras de infraestruturação que a Câmara devia ter executado quando fez o loteamento e antes de ter vendido os lotes. Muito obrigado."

Munícipe David Iguaz:[014](#)

"Boa noite. São três perguntas dirigidas ao senhor Presidente da Câmara, muito rápidas. Uma tem a ver com as obras na Avenida. Concretamente com a calçada portuguesa. Segundo tenho entendido, e por favor corrija-me se me engano, a calçada portuguesa era para ser preservada dentro do projecto de requalificação. Se é o caso alguma coisa está a correr mal porque a fase que está quase acabada tem paralelo em vez de calçada portuguesa. E a pergunta é se vai continuar a calçada portuguesa a ser destruída no resto do projecto? E sendo o caso se não acha uma falta de portugalidade da sua parte.

A segunda questão tem a ver com as árvores da Avenida. As árvores foram retiradas e segundo as notícias vão ser transplantadas. Não sei se já foram, mas a onde exactamente vão ser transplantadas?

Terceira pergunta tem a ver com as árvores da Avenida 25 de Abril. Como já enviei vários e-mails ao Senhor Presidente. O Senhor Presidente não respondeu. Infelizmente tivemos de fazer queixa à CADA. A CADA deu-nos razão como é óbvio e fica obrigado a responder. Mas queria só saber se vai responder ou não, ao relatório do pedido fitossanitário das árvores da 25 de Abril? Muito obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

"Muito obrigado. Senhor David Iguaz, a questão da Calçada. David não sei se não terá reparado bem na exposição, nós agora vamos apresentar a exposição novamente da Avenida sobre a história e do projeto e da obra. E também vamos fazer uma publicação que tínhamos assumido esse compromisso, que no fundo é a exposição publicada num catálogo. E está lá bem claro que no troço daquilo que chamaremos a avenida praça, que este troço entre as Pontes e o Banco de Portugal, a lógica é de ser avenida praça.

Portanto temos a mesma tipologia de chão e tudo à mesma cota. Logo que iniciarmos a fase dois, em termos de linguagem de obra, a fase dois que é aquela que já está em obra ali entre o Banco de Portugal e o cruzamento do Cinema Avenida, aí já entramos, digamos, naquele digamos o troço normal, com a mesma tipologia, desde o alinhamento grosso modo do Banco de Portugal até à boca do túnel da Estação — porque a partir daí não há obra.

Portanto o que é que vai ser feito? A partir daí, portanto haverá um rampeamento para ganharmos cota com o betuminoso (alcatrão) que é mais baixo do que a cota da Avenida Praça, portanto há uma rampa que faz a transição das cotas. E daí para a frente, há uma zona que é a zona que fica a intermediar a implantação das árvores e das luminárias, que fica com Calçada portuguesa. Com os motivos que os lá estavam. Portanto os motivos marítimos da Calçada portuguesa da Avenida, que lá estão, são vão ser mantidos. Obviamente feitos com pedra nova, embora os motivos são os mesmos.

Portanto a Calçada vai lá continuar com uma faixa em cada um dos lados. Exatamente a conviver compassada com os postes de iluminação e as árvores.

Neste troço da Avenida Praça aí é que não há a Calçada à portuguesa. É o cubo de granito e o lajeado, para fazer aquela lógica da praça com a mesma tipologia de piso.

Portanto, portugalidade total. Embora, enfim, eu nasci em Angola, e sou português porque a bandeira era portuguesa. Vexa nasceu noutra país estrangeiro e assumiu também a portugalidade. Portanto nós somos portugueses com muito gosto e cultivamos notas de portugalidade e entendemos que aqui na Avenida a Calçada portuguesa, como nota de tradição urbana portuguesa devia manter-se e assim é assim que está no projeto, como entendemos que era boa solução.

As árvores. Nós temos dado informação permanente sobre isso David. Mas pode encontrá-las junto aos campos de ténis do clube ténis de Aveiro. As outras estão junto à ponte férrea que faz a transição ali junto do Conservatório com a zona do Parque do Infante Dom Pedro. E a maior parte delas que são aquelas que estão agora a sair, que já saíram e que irão sair nos próximos dias da zona de obra atual, estão a ser plantadas no Parque Aventura em Esgueira.

Portanto é isto que temos estado a fazer. Com toda a transparência e informação, para que as pessoas saibam. Esperamos que corra bem a viabilidade delas, que peguem todas, enfim, há sempre algum risco como sabemos, no transplante, mas é assim que está a ser feito e temos dado a informação regular, para que as pessoas possam acompanhar esse processo. A outra questão da 25 de Abril. David, vocês façam o que quiserem, façam processos quantas vezes quiserem, metam a CADA, tudo bem. Nós entregamos informação quando a tivermos.

A versão definitiva do estudo foi entregue recentemente, teve um processo de revisão porque tem que ter um processo de revisão. Este processo revisão foi envolvido na entrega pela MPT da versão final do projeto de requalificação da Avenida 25 de Abril. Ele próprio em fase de revisão e vamos-vos enviar o estudo completo, a versão final, do estudo feito pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e vamos também pôr no site da Câmara para toda a gente saber. Não há questão nenhuma. Agora dizer-vos que aquele não é exactamente um estudo isolado. Só deixar essa explicação que também daremos à CADA,

mas nós não queremos saber da CADA para nada. Nós queremos dar informação ao David Iguaz e aos Juntos Pelo Rossio. Não há cá questão nenhuma.

Mas dizer-vos que aquele não é um estudo isolado. Aquele estudo é uma peça de um projeto que teve muitas versões e que, obviamente, é na versão final que se fecham as peças todas. Portanto só dar essa explicação, com todo o critério, porque, obviamente, ele não é um estudo isolado, ele é uma peça de um projeto. E, portanto, seguramente, nos próximos dias, julgo que posso dizer com segurança, entre o final deste mês e o início do mês de Março, terá no seu e-mail o estudo, na ambiência também da apresentação pública do lançamento do concurso da obra de qualificação da Avenida 25 de Abril. Muito obrigado."

Presidente da Mesa

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início⁰¹⁷ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

"Obrigado Presidente. Boa noite a todos. Boa noite aos que nos estão a ouvir lá em casa. Mais vale tarde que nunca senhor presidente. O PAN fica muito satisfeito por esta transmissão estar finalmente a ser transmitida on-line. É de facto uma ferramenta e um passo frente naquilo que sempre julgámos que era possível, era exequível fazer-se em Aveiro. Quero aqui dar nota de que o PAN foi o primeiro Partido neste mandato, reconheça-se isso também, que já houve noutras circunstâncias, outras tentativas. Foi o primeiro Partido a apresentar esta proposta que foi recusada na altura e que nós reconhecemos e assinalamos que os pressupostos que existiam na altura para que isto fosse concretizado já existiam e, portanto, não havia nenhuma razão aparente naquela altura para se recusar uma medida tão importante para os aveirenses. Portanto, acho que esta assembleia está de parabéns, o Senhor Presidente está de parabéns e a Mesa estão todos de parabéns. E a equipa técnica que está a desenvolver este trabalho está obviamente de parabéns.

Uma nota. É que temos que reconhecer que vem com atraso e vem com atraso significativo. E é um atraso que não tem como base questões técnicos, questões reais, tem com que tem como base questões de preconceito. Preconceito no sentido de que não aprovamos propostas que sejam de outros partidos mesmo que elas sejam boas para os cidadãos, mesmo que elas tenham base de execução, mas não conseguimos fazer essa aprovação por disciplina partidária e por preconceito. Fica aqui a nota. É um exemplo paradigmático. Outras medidas porventura por esse país fora às vezes não são aprovadas pelo mesmo motivo o que é pena. Porque o contributo de todos é um contributo válido, seja uma representação com um deputado, seja uma representação com 30, 40 ou 20 deputados.

Mas não sou de recalcamientos e queria só dar nota de que, de facto, isto é muito importante para a comunidade aveirense foi muito bem implementado, estão todos de parabéns. Finalmente conseguimos. E espero que os aveirenses possam fazer uso desta belíssima ferramenta. Obrigado a todos."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

"Obrigado senhor Presidente. Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores e demais concidadãos.

Antes de mais valorizar a organização deste plenário e também valorizar a transmissão online e desta forma permitir a presença dos deputados e do executivo aqui e que penso que é muito importante na discussão, ainda mais num período que se avizinha de recuperação. Assim esperamos.

O PCP gostaria de deixar um apontamento nesta assembleia sobre o processo de vacinação em curso no concelho, região e país.

Todos nós que estamos aqui presentes, estamos de acordo que é fundamental testar, garantir os rastreios e vacinar rapidamente a população. São três medidas que não podem ser tomadas independente uma das outras. E, por isso, exigem uma grande capacidade de organização e direção dos serviços de saúde e concretizar o investimento necessário.

Soluções que exigem a concretização por parte do Governo das medidas inscritas neste Orçamento, nomeadamente as propostas apresentadas pelo PCP que apontam a contratação de profissionais de saúde, o investimento no Serviço Nacional de Saúde, nos seus equipamentos e infraestruturas. Neste sentido, várias autarquias no país, como as do PCP, têm tomado medidas que poderiam ser aplicadas também aqui no município de Aveiro. Como as medidas de apoio às famílias, Associações, IPSS, restauração e pequeno comércio, nomeadamente na isenção das taxas de água, saneamento e resíduos, parquímetros, entre outras iniciativas, para fazer face à perda de rendimentos das famílias e comércio local, bem como os que estão em situação de desemprego ou rendimento precário.

É verdade que o SNS tem mostrado dificuldades que resultaram da necessidade de concentrar meios humanos e técnicos no combate à COVID-19, mas perguntamos as dificuldades que se fazem sentir hoje no Serviço Nacional de Saúde são apenas uma consequência da pandemia? Obviamente que não. A falta de recursos técnicos e humanos que se fazem sentir e que levaram à acumulação de atrasos nas consultas, nos exames de diagnóstico e nas cirurgias são, em primeiro lugar o resultado de dezenas de anos de política de direita na saúde e de uma estratégia de redução das capacidades do SNS.

Assim, importa não esquecer que a eficácia da vacinação depende da amplitude do acesso universal e a rapidez da sua concretização. É necessário que as vacinas cheguem às populações sem exclusões. Para tal, o município deve garantir, se necessário, um centro de vacinação provisório com capacidade de resposta eficiente à vacinação em massa, bem como garantir o transporte dos munícipes a esses mesmos centros, nos casos em que haja manifesta necessidade.

Conseguir em menos de um ano, dispor de testes e vacinas contra a COVID-19, constitui um enorme feito dos investigadores e da ciência, alguns dos quais oriundos da Universidade de Aveiro. O financiamento público de esforços de investigação e desenvolvimento em milhares de milhões de euros e a contribuição de milhares de médicos, cientistas e enfermeiros, foram a chave deste feito. Razão pela qual as vacinas devem ser consideradas um bem público mundial acessíveis a todos. Pelo que queremos deixar aqui o nosso voto de congratulação a todos estes imprescindíveis.

Portugal, como outros países, não pode ficar prisioneiro dos interesses das multinacionais farmacêuticas nem de quem os defende. Por isso é urgente um processo de estudo e concretização de forma soberana na aquisição de vacinas noutros países, à semelhança do que os outros já fazem além do quadro da União, garantindo condições para uma mais rápida concretização do acesso universal dos portugueses à vacinação.

Este processo deve prever igualmente a criação de condições para que num futuro próximo se garanta a produção nacional neste domínio.

Queria também fazer uma última nota. No plano social é urgente adotar as decisões que a situação impõe nesta crise sanitária. E o PCP tem-se batido para que os apoios às famílias que têm filhos a cargo, sejam, por exemplo, pagos a 100% e não dois terços como se verifica e que sejam alargados a filhos até aos 16 anos. Para quem está em teletrabalho possa optar pelo regime de assistência à família quando têm filhos a seu cargo. Para que os trabalhadores de serviços essenciais possam ter acesso às escolas de acolhimento independentemente de ter ou não o conjugue em teletrabalho ou que em alternativa, o cônjuge possa receber o apoio a 100%. Obrigado."

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite para todos e para todos aqui presentes e em especial ao público aqui presente e na transmissão do facebook. Começar por saudar o facto de que esta sessão não estar a ser transmitida por uma plataforma como a Microsoft Teams, não porque tenha alguma embirração de principio para com essa plataforma, mas penso que ficou visível na última sessão extraordinária que estas plataformas de videoconferências não são optimizadas para as Assembleias Municipais.

Era bom que se encontra-se uma melhor solução para estes tempos de emergência pandémica. Não estamos contra as sessões por videoconferência, mas como vimos a anterior não funcionou no decorrer dos trabalhos houve alguns problemas e como se verificou teve também algumas implicações do acesso ao público.

Lembramos que em 2017, no início do mandato o BE propôs que as sessões tivessem transmissões em directo e a direita desta assembleia rejeitou. Voltámos a propor o mesmo no início da pandemia e este sistema é de grande importância que seja implementado, quer em sessões presenciais como hoje, quer em transmissões caso existam em videoconferência, mas que a videoconferência seja feita ao público em directo e não diferido como foi a última sessão.

Portanto saudamos hoje estar a ser transmitido pela primeira vez em directo para os cidadãos que queiram acompanhar. Até porque creio é objectivo universal de todos nós democratizar os acessos aos cidadãos dando transparência daquilo que são as actividades da Assembleia Municipal.

Posto isto queria fazer uma pequena reflexão sobre a vacinação. Reconhecemos que houve um esforço da comunidade científica nunca antes visto para a criação de vacinas contra um vírus em menos de um ano. E isso é obviamente de louvar por todos nós. Queria falar daquilo que é a produção neste momento como bem de primeira necessidade. E este não é um momento de dar primazia aos interesses lucrativos dos privados. Infelizmente o que temos visto nos últimos tempos, com a distribuição e a produção das vacinas, obedecem unicamente ao interesse lucrativo e empresarial e falham gravemente no que toca às necessidades da população de uma forma geral. A União Europeia pagou vacinas sem garantir a sua produção e distribuição e com isso as farmacêuticas têm a União Europeia na mão, violando os acordos de produção, vendendo e distribuindo a quem lhes dá mais dinheiro. Esse é um tempo impar de emergência. Por isso mesmo o que defendemos é que se libertem as patentes e se produzam as vacinas de uma forma concertada com um enorme conjunto de laboratórios. É francamente incompreensível que neste momento de emergência se mantenham os dogmas neoliberais nos quais se sustentam a maioria dos eleitos nesta assembleia, dos chavões da propriedade intelectual, dos chavões das leis dos mercados, sem que se perceba que hoje mais do que nunca é tempo de deixar os chavões e desconstruir estas ideias que impossibilita a redução da pandemia agora.

É altura de não utilizar critérios neoliberais das leis da oferta e da procura e sim por critérios socialistas da capacidade, escalando-a concertadamente e da necessidade. E neste momento sete mil milhões de pessoas necessitam deste bem que é a vacina. Portanto deixamos o pedido de reflexão e reflectam sobre esses dogmas e façam a ação concertadamente. Obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

"Obrigado, Senhor Presidente, boa noite a todos. Primeiro aspeto que gostaria de relevar nesta intervenção é o de recomeço da transmissão em direto das Sessões da Assembleia nas plataformas da Internet, decisão esta que conta com o apoio do CDS.

E digo recomeço, pois estas sessões já tiveram no passado diretos a transmissões em direto. E nós no CDS, na altura em que também houve transmissões, presidíamos à Assembleia Municipal através do colega Miguel Capão Filipe, entendemos que tudo aquilo que seja possível ser feito para aproximar os autarcas dos municípios é bem-vindo.

Esta transmissão começa agora, porque como foi dito na altura, se bem me recorde, seria feita quando houvesse condições que o permitissem a nível técnico.

Manifesto também a minha surpresa por do Bloco de Esquerda vir um elogio à plataforma de empresas capitalistas que ganham milhões de dólares, como o Facebook ou YouTube, ou seja para isto já servem. Não servem para outra coisa, mas pronto é assim a coerência que nós já estamos habituados a ouvir daquele lado das bancadas e, portanto, também isso já não já não é surpresa para nós.

Segundo ponto desta minha intervenção com respeito ao Plano de Recuperação e Resiliência, o famoso PRR, também conhecido por "bazuca".

É um documento onde se explica quais são as opções do Governo para a recuperação da economia portuguesa, aproveitando os cerca de 14 mil milhões de euros de subvenções atribuídas pela União Europeia, a que podem vir a ser adicionados mais cerca de 2,7 mil milhões de euros de empréstimos.

Mas para o Município e para a Região estão contemplados diversos investimentos, com especial relevo para a ligação rodoviária Aveiro/Águeda. Merece o nosso relevo pois todos nós sabemos a falta que esta infraestrutura faz na ligação entre os dois concelhos altamente industrializados e que irá permitir a cada um, acesso rápido ao Porto de Aveiro e à rede ferroviária.

Fica faltando apenas a desativação do famoso pórtico da A25, situado junto ao Estádio, para que a poupança que será feita numa ligação rápida, não sejam onerada por uma portagem absurda.

Pena é que o Governo venha a jogo depois do mesmo já ter sido há muito iniciado pelas autarquias de Aveiro e Águeda. Mas neste caso, mais vale tarde que nunca.

Ainda relativamente ao PRR notamos uma omissão imperdoável. Não consta no conjunto de investimentos previstos, a requalificação e ampliação do Hospital Infante Dom Pedro!?

Todos sabemos que o Hospital Infante Dom Pedro, como peça central do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, há muito que se encontra desadequado das necessidades da comunidade que serve, tendo lacunas em muitas especialidades básicas, o que obriga a quem a elas tem necessidade de recorrer a uma deslocação de mais de 50 quilómetros até ao Hospital mais próximo, onde essas especialidades estão disponíveis.

A crise pandémica que atravessamos veio reforçar a necessidade de Aveiro e a sua região terem um hospital moderno, que sirva igualmente a Universidade na sua vertente de formação na área da saúde e que proporcione a todos os habitantes da Região de Aveiro, condições de acesso à saúde, com a qualidade e a dignidade que se impõem.

Está a decorrer até ao final da próxima semana o período de consulta pública do PRR. Deixo aqui o apelo para que todos os membros desta Assembleia e que todos os aveirenses nele participem de forma significativa reivindicando a inclusão deste investimento na versão final do PRR.

Por último, relativamente à intervenção do PCP que falou numa "política de direita" no SNS, quero só recordar que nos últimos 20 anos de governação, 13 anos foram feitos de governos de esquerda. E nos últimos 5 anos foram com apoio do PCP, onde houve as famosas cativações de centenas de milhões de euros na área da saúde e que o PCP subscreveu apoiando nos Orçamentos de Estado. Disse."

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

"Boa noite a todos. Aquilo que eu gostaria de falar aqui hoje, no período antes da ordem do dia, tem que ver com a preocupação que devemos ter e que apelo à Câmara para que tenha, relativamente àquelas pessoas que pedem apoios. Existem vários apoios por causa da pandemia e precisamente pelo facto de haver a quebra das receitas que algumas pessoas têm a nível da cultura ou até de outros negócios, existem vários mecanismos aos quais elas podem recorrer. A questão é que muitas dessas pessoas deixaram ou tiveram uma quebra significativa nas suas receitas. Ora tendo uma quebra significativa o que aconteceu foi que que deixaram de ter possibilidade de cumprir com as suas obrigações relativamente às vezes até à Segurança Social e às Finanças. Resultado, pobreza. Porque se estão em incumprimento não se podem candidatar a essas ajudas. Podem fazer acordos, podem sim senhor, mas entre um tempo e outro de fazer ou não acordo, o que podemos assistir é o empobrecimento dessas pessoas. E isso é uma preocupação e que eu apelava à Câmara para que tivesse isso em atenção porque muita gente que até se pensava que poderiam pedir esses apoios, poderão não os poder pedir, não é, precisamente pelo facto de estarem em incumprimento por não pagar, mas não conseguem cumprir. Depois caem em pobreza e depois é complicado a nível de quando têm filhos. E acho que se deve ter a sensibilidade para todos estes problemas. Não estou a dizer que são todas as pessoas, no que diz respeito à cultura, ou que sejam de outros negócios, mas que existem pessoas nessas situações, existem. E acho que se deve ter em conta a ajuda para tentar resolver o problema e auxiliar até nos acordos e no sentido de colmatar as dificuldades que a pandemia nos trouxe."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

"Boa noite a todos. Boa noite Senhor Presidente, Presidente da Câmara, todos os presentes. Público que nos segue pelas redes sociais. Penso que está a ser transmitido pelo Facebook e pelo youtube.

Bem, não fico satisfeito na plenitude. Mas para mim estou do lado da solução sempre. E, portanto, Senhor Presidente está a haver a transmissão, foi uma grande insistência minha e de outros membros desta assembleia, está haver transmissão, parabéns, sim senhor. Vamos a isto e que seja para manter.

Em relação à organização bem, podíamos estar aqui a dizer quem é que tinha sido, quem é que fez primeiro a recomendação, mas eu não dou para esse peditório. O que interessa é que está a coisa resolvida. E o que interessa é daqui para a frente e que os munícipes possam assistir em outros fóruns, nomeadamente em tempos de pandemia. E até estaria à vontade porque a moção que foi aprovada, foi à terceira tentativa, o PSD e CDS lá aprovaram a moção que veio desta vez do PS, para termos a transmissão.

Mas não é para isso, senhor presidente da Assembleia, estamos todos de parabéns, penso que não é assim tão difícil como isso, segundo vi está a correr bem a transmissão e isso é

que é importante. Agora fazer a publicação disto há 7 horas ou 8 horas antes disso, é que não me pareceu propriamente a melhor das soluções. Se calhar só conseguimos a viabilização técnica disto mesmo quase no fim.

Segundo. Não deixa de ser curioso que andei à procura do espaço do Facebook da Assembleia Municipal de Aveiro e não encontrei!?

Das duas uma, ou não foi capaz de encontrar, é uma possibilidade, ou desapareceu também é outra possibilidade, ou bloquearam-no o que eu não acredito que se o senhor Cartaxo tenha bloqueado o Facebook da Assembleia Municipal de Aveiro.

Se desapareceu não está bem. Fico à espera que o Senhor Presidente me diga se desapareceu ou não e me informe mais qualquer coisinha sobre isso em concreto.

Sobre o Período de Antes da Ordem-do-dia para dizer o seguinte, o senhor presidente depois dirá que não vai responder e que responde na comunicação escrita e fará bem, pois é um direito que tem de o fazer.

Mas esta questão em concreto não a vi tratada na comunicação escrita porque seria comunicar uma não decisão.

Senhor Presidente, no primeiro confinamento, os municípios, a Câmara de Aveiro decidiu e bem, suspender o pagamento do estacionamento na cidade. E houve muitos municípios (se calhar mal) a fazer fê, ficaram com a perceção de como estávamos em confinamento outra vez, que estaria suspenso também pagamento.

Ora o que aconteceu foi que houve muitas contraordenações e muitas multas por causa disso mesmo. Eu pergunto qual é onexo de não suspender, não vai ser pelo acréscimo de receita porque não anda ninguém circular, e sobretudo, perturba, perturba quem tem que ficar em casa. Há pessoas têm dois carros mas só uma garagem. Tem que ficar em casa para trabalhar em casa. Um dos carros fica na garagem e o segundo carro que normalmente só está estacionado durante a noite ou ao fim de semana, quando não há a taxa, o que tem que fazer é violar o próprio confinamento para vir cá abaixo meter a moeda, que é uma coisa que não faz rigorosamente sentido nenhum, porque tem que estar em casa e não tem espaço para o carro ou então vai colocar o carro muito longe da residência.

Gostava só de saber o que é que motivou a câmara a não repetir esta medida, que me parecia inteligente na pandemia e que já tomou no primeiro confinamento."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, muito brevemente. No período antes da ordem do dia também para replicar o registo pedagógico que a Assembleia Municipal visa traduzir sobre âmbito geral, de repercussão municipal e, à semelhança do tema que o deputado Jorge Greno trouxe para esta assembleia, eu entendo que é da maior relevância, nós salientarmos por um lado, a apresentação para muito breve do PRR nas instancias europeias, mas, sobretudo tudo aquilo que ele significa para toda a nossa região, mormente para o concelho de Aveiro, onde não pode deixar de ser inserido. E é com grande regozijo que constatamos a inclusão do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, que é uma obra ansiada há longuíssimos anos. E a sua inclusão no plano de recuperação e resiliência, importa salientar, tem este grande mérito.

E também com isso já me antecipo a outra questão que foi colocada pelo Senhor deputado Jorge Greno. A inclusão, aliás, como o Senhor Presidente da Câmara sabe, pressupõe que a inclusão que tudo o que lá está no seu conteúdo tem o prazo de execução até 2026. Razão pela qual existem de facto, outros e relevantíssimos investimentos necessários a esta Região cujo grau de maturação não lhes permite incluir na dotação de cerca de 14 mil milhões de euros da PRR, mas que importa assegurar que sejam contemplados nos cerca de 24 mil

milhões do quadro plurianual do Portugal 20/30. O exemplo que deu, a avaliar pelo pela informação da Câmara, voltaremos a ele mais uma vez nesta ordem de trabalhos. É sabido, e a Ministra da Coesão referiu-o na Assembleia da República, que havendo projeto haverá financiamento para a obra. E é com essa expectativa que nos temos todos de mobilizar. Eu penso que, à semelhança do que foi o Aveiro/Águeda é também um projeto que nos deve mobilizar a todos.

Mas eu queria, porque acho de inteira justiça, à semelhança do que fez já o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, Jorge Almeida, que já veio publicamente agradecer ao Ministro das Infraestruturas a inclusão no Plano de Recuperação e Resiliência do eixo rodoviário Aveiro/Águeda. E foi claro ao dizer que, ao fazê-lo, o Ministro cumpria a palavra que tinha dado ao Presidente da Câmara de Águeda e ao Presidente da Câmara de Aveiro.

Eu quero associar-me a esse saudação, porque é de inteira justiça fazê-lo. Infelizmente, vezes demais e ao longo de muito tempo, há quem tendo-se comprometido com algo o não tenha eventualmente cumprido, mas a inserção (estamos a dias, portanto, está em consulta pública) que podemos dar por adquirido neste documento que está em discussão pública é o documento final pese ligeiríssimas alterações, a inclusão do eixo rodoviário Aveiro/Águeda é a garantia da sua conclusão. Haverá financiamento e até 2026 ele será uma realidade. Agora vale a pena falar em tecnicidades porque a métrica das obras deste Plano é diferente, ou seja, há necessidade de cumprir o objetivo sob pena de se comprometer o financiamento. Portanto é uma garantia de financiamento a sua inclusão e a obra será uma realidade e estamos todos de parabéns por isso. Muito obrigado".

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Queria saudar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os senhores deputados e demais pessoas que assistem.

Senhor deputado Neto Brandão, como aveirense e deputado da nação, fico muito desiludido com a sua intervenção. Tanto dinheiro e tão pouco para Aveiro?

Lá iremos. Por exemplo, tanto tem sido debatido aqui que havendo dinheiro se deve diminuir a dívida, então não é possível algum deste dinheiro dado sirva para diminuir a dívida do país?

Bem, mas o que me traz aqui essencialmente não é isso porque isso foi apenas um pequeno aparte pela intervenção do Senhor Deputado. O que me traz aqui foi um projeto de resolução que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República, sobre as pradarias marinhas e o sapal da Ria de Aveiro.

Enfim, nós andamos aqui aos bocadinhos. O problema da Ria de Aveiro não é um problema das pradarias marinhas, não é um problema do sapal, não é um problema do Salgado, não é um problema da biodiversidade do Baixo Vouga Lagunar. É tudo. Porque isto tudo está com a origem na mesma premissa.

Como os aveirenses sabem, foi há praticamente 2 séculos que foi aberta uma ligação da Ria ao mar, para acabar com aquele problema de saúde pública gravíssimo que esta zona nessa altura tinha. E foi criada nessa altura uma entidade pública, a JARBA, avaliar, gerir, e eventualmente reparar as consequências dessa ligação da Ria ao mar. A última entidade que teve essa responsabilidade foi a JAPA.

Entidade que foi ao longo dos anos resolvendo alguns pequenos problemas que iam acontecendo. E esses problemas começaram acontecer 150 anos depois da Barra ser aberta. Foi quando começaram as primeiras intervenções das obras do Porto de Aveiro e que não acautelaram as consequências do que iria acontecer em toda a Laguna.

Eu na década de sessenta cheguei a levantar essa questão ao então Director da JAPA. E ele disse-me que qualquer intervenção na entrada da Barra não tinha qualquer alteração em termos de cotas de maré na Laguna. Hoje é o que se vê!?

Portanto as pradarias estão a ser destruídas, disse não há dívida. O sapal está a ser destruído. O Baixo Vouga Lagunar está a ser destruído. Hoje revolto-me, quando vejo um português que foi Primeiro-ministro e que hoje anda aí pelo mundo a apregoar o ambiente e tudo o que tem a ver com natureza, e foi ele o maior responsável pelo acentuar da degradação da Ria de Aveiro, quando foi extinta a JAPA e instituída a Administração do Porto de Aveiro, deixando de ser responsáveis dos Canais da Ria desde Mira até Ovar. Quem assistiu a isso (não está aqui hoje) porque foi o primeiro presidente da APA.

Na altura tive uma discussão com o antigo governador civil Antero Gaspar, que coitado não percebi nada, era de Castelo de Paiva, onde estava presente também o Dr. Raul Martins. E o Dr. Raul Martins disse "eu não tenho nada a ver com o espaço fora da área do Porto de Aveiro". O que quer dizer que o Partido Socialista deixou toda a zona fora do Porto de Aveiro sem ninguém a tomar conta. Deixou para o Ministério do Ambiente, mas nunca funcionou, foi a mesma coisa que zero.

Portanto esta questão que o Bloco de Esquerda está a pôr não é um só um caso. É toda a Ria. Toda a Ria de Aveiro e as suas zonas adjacentes estão a serem destruídas ou estão em perigo.

Por exemplo, quando foi feita a transição da JAPA para a APA, e foi retirada a responsabilidade das áreas adjacentes do Porto, na freguesia de Cacia, foram destruídos cerca de 200 hectares de zona de sapal. Porque ao não repararem as "motas" designadamente a mota da ilha nova, em Vilarinho, implicou esse desastre ambiental. E quando me diziam que as obras no Porto de Aveiro não influenciavam a Laguna, nós temos este exemplo à vista.

Nenhum aveirense é contra o funcionamento do Porto de Aveiro. Mas os aveirenses que se interessam por isto defendem, que sempre que existe obras no Porto e Aveiro, deve haver um plano de impactos minimizadores dos impactos que esses trabalhos vão provocar.

E agora uma outra questão importante também. A CIRA tem projectos para a defesa, sobretudo do Baixo Vouga lagunar. O Senhor Presidente deve saber há quanto tempo se está à espera de que esta resolução vá para a frente e que possamos ter aquela defesa, aquela autonomia, para que a defesa seja feita. Espero que sim.

Deixava ainda aqui três considerações. A primeira de um ancião de Vilarinho, que na década de 80, na boca do rio, portanto, a jusante da foz do Vouga, olhando para a cidade de Aveiro, dizia-me "olha rapaz, antes tínhamos cheias de montante. Agora temos cheias de jusante." Vamos lá ver se aquela gente (olhando para a Universidade) nos irão ajudar a resolver isto!?

Tenho outra. No início da década de 60 foram realizados os jogos luso-brasileiros da actividade de remo. A modalidade foi praticada no Rio Novo do Príncipe. Recorda-me de os dirigentes e atletas brasileiros dizerem que (eu estava lá presente) "vocês têm aqui paisagisticamente falando a melhor pista de remo do mundo". Passem por lá agora e vejam como ela está!?

Tenho outra que também assisti, numa conversa com um grande Aveirense, o Eng. Carlos Maia, quando estive à frente da Direção Regional de Agricultura, trouxe cá uma delegação de técnicos agrícolas e do território da Holanda. Andámos a mostrar e exemplificámos o que estava a acontecer no Baixo Vouga, recorde-me deles dizerem "nós na Holanda vamos buscar terra, vocês aqui está a dá-la ao mar, por isso são pobres". Obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

"Boa noite a todos. Através do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes e às pessoas que nos estão a seguir. Nós na bancada do PSD, queríamos congratular com transmissão direta desta Assembleia, pois isso aproxima claramente esta casa, a casa da democracia aveirense, dos cidadãos.

Depois, em relação o plano de vacinação atualmente em curso, gostava que o senhor presidente nos esclarecesse qual tem sido a acção da Câmara neste momento, em relação a logística, transportes, locais, o que é que a Câmara tem estado a fazer nestes pontos.

Sobre o Plano de Recuperação e Resiliência. Queria também dizer umas coisinhas em nome da bancada, queria para já solidariedade com o Filipe Brandão por esta obra que está feita. E ele, penso que é das pessoas que mais quer que seja feita esta ligação, pois já há dez, quinze anos, teve um momento menos bom que teve fotografia e tudo, que foi o lançamento da primeira pedra do eixo Águeda/Aveiro! Penso que ele quer claramente ultrapassar essa fotografia, não pela sua fotografia, mas pela vantagem que traz aos aveirenses e a toda a população da zona.

Em relação ao próprio Plano. Foi com alguma tristeza que não vi incluído nele a requalificação e expansão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga!? Era uma opção da Câmara. Era uma opção de todas as Câmaras da CIRA. Não é uma melhoria apenas para Aveiro. Era uma opção de todos os presidentes de câmara, por unanimidade, tinham decidido que a requalificação e expansão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga seria a obra principal exigida em primeiro lugar para Aveiro. Mas pronto. Não está e penso que temos de lutar. Sabemos que para isto havia dinheiro, mas por aí ou por outro lado, mas pode ser mais difícil arranjar-lo.

Noutro sentido também acho que este Plano é um bocadinho opaco. Não está bem dirigido àquilo que está lá escrito. Porque na área da saúde, refere lá que vão ser construídos 85 unidades de saúde. Nós em Aveiro estamos muito carecidos de 2, todos sabem, é a requalificação do Centro de Saúde de Aveiro e a construção da nova unidade de saúde de Nossa Senhora de Fátima/Nariz/Requeixo. Mas não está lá. Está que são 85, mas não se sabe se estas estão lá ou não. Podem estar, podem não estar. E desejava que o Senhor Presidente nas acções que vai ter junto do Governo sobre esta matéria, nos pudesse esclarecer se está ou não lá contempladas estas 2 unidades de saúde."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

"Muito obrigado a todos. Duas ou três notas sobre cada uma das questões que vocês colocaram e associar também alguma palavra minha, alguma informação sobre algumas das matérias que caem neste ponto da ordem de trabalhos.

Ponto primeiro. Hoje há transmissão, obviamente que a Câmara deu todo ao nosso Presidente da Assembleia, como é evidente. E nesta fase não é o apoio que queremos. Porque aquilo que estamos a fazer é ter este trabalho feito por uma entidade privada que contratamos em prestação de serviços o que pode perturbar algumas almas mais da esquerda.

Mas é assim. O mundo é assim. Ainda não conseguimos ter a competência instalada nos nossos serviços e fazer a aquisição de todo o equipamento, formar as equipas. Assim será, mas enquanto não for assim, contratamos uma empresa, esta que aqui está hoje a fazer este novo serviço e que também já está contratada para estar cá de hoje a 8 dias, e para fazer o mesmo trabalho na reunião pública de Câmara do dia 4 de Março. E, obviamente, contrataremos a mesma ou outra para continuar este tipo de trabalho até termos a câmara capacitada tecnicamente no que respeita aos equipamentos e com as nossas equipas

formadas. Há questões, é bom lembrar a todos. Para que todos tenham consciência dizer que estamos ao abrigo da legislação Covid. Ainda na semana passada o Senhor Presidente da Assembleia partilhava comigo um email de uma associação, a chamar a atenção, para a forma complexa e delicada para as questões de legalidade destas transmissões, ligado a questões de reserva individual, etc. Esta matéria continua a ser delicada, mas actualmente estamos sobre cobertura da legislação Covid.

Vamos continuar a trabalhar. É esse o compromisso que temos com a nossa Assembleia, para virmos a ter uma cobertura regulamentar e legal, digamos, normal, até porque obviamente que todos trabalhamos e temos esperança para que o Covid deixe nossa vida o mais rápido possível. Embora temos todos consciência que não será exatamente rápido esse acontecimento que todos queremos.

Portanto mantemos o trabalho e a atenção a esta matéria, porque ela mesmo com a cobertura da legislação Covid não é linear e há muitas questões que andam por aí a ser tratadas.

Segunda questão em relação aos apoios sociais. Eu quero dizer de forma muito clara o David e à Sara, que todos os mecanismos de apoio da Câmara estão ao dispor.

E David, dizer que, em termos de extensão de tipologia e dimensão financeira, não há muitas Câmaras em Portugal, há algumas que eu conheço, mas repito frase, não há muitas Câmaras que tenham um programa como o nosso. Portanto, estamos em todo o lado em todas as frentes, com programas que objetivamente são e têm que ser complementares aos problemas que o Governo do país tem, de múltipla natureza e globalmente bem, com os seus problemas. Como é também natural num processo desta natureza tão complexo. E que é preciso chegar a todos. Mas estamos cá.

E dizer que aqui não há atendimentos online!? Nem é preciso ir para uma fila de horas para ser atendido na Segurança Social, no Centro de Emprego ou nas Finanças. Nós estamos cá mesmo. Porta aberta. Porque o apoio social é preciso ser cara a cara. É preciso ir visitar as famílias na sua habitação, para saber quais são as condições. Nós estamos em pleno trabalho.

E na nossa Câmara tramita-se apoios sociais em 2, 3, 4 dias. Os apoios sociais da Segurança Social ou do IEFP demoram 2, 3, 4 meses.

Portanto temos um programa extenso. Temos uma equipa activa, a que está em trabalho presencial e a que está em teletrabalho, e com dimensão da operação absolutamente presente. Julgo que toda a gente sabe isto, mas é sempre bom repetir, porque a informação nunca chega a toda a gente. E em regra Sara, as pessoas que estamos a apoiar são pessoas de toda a natureza. Há pessoas que já antes do Covid tinham insuficiências na sua estrutura de rendimento. Há agora empresários que com Covid tiveram que fechar as suas empresas e passaram a ter carências graves. E pessoas que pontualmente, por questões que têm que estar sempre devidamente apresentadas, e tratamo-las sempre com a mais cuidada reserva, enfim atrasam-se na premente das suas obrigações, criam dívidas seja o senhorio da casa, seja à ADRA, seja à EDP, seja a quem for, e a Câmara tem sido um instrumento disponível e vai continuar a ser, na medida da necessidade. Como sabem, já disse aqui, repito, temos dotações orçamentais, temos que ter sempre dotações orçamentais como é lógico, mas são dotações orçamentais que nós colocaremos sempre na dimensão da necessidade.

E, portanto, se os 150 mil euros que temos na dotação do fundo para as famílias não chegam, nós somaremos a dotação sempre que as necessidades nos determinarem.

Quanto à questão que vários de vocês falaram, da questão da vacinação dizer o seguinte. Nós somos membros de uma equipa. Estamos cá e somos membros de uma equipa.

Foi assim desde o primeiro minuto desta desgraça que nos está a acontecer e vai ser assim até ao último dos minutos, chegue esse minuto quando chegar. E não estamos aqui com palpites, não fazemos conferências de imprensa ridículas, não nos pomos a pôr na nossa

mão aquilo que não tem a nossa liderança, etc. Somos membros de uma equipa e vamos ajudar.

E vamos ajudar quem precisa de ajuda, seja o nosso Hospital, seja o nosso agrupamento de Centros de Saúde, as nossas IPSS, nossos Bombeiros, toda a gentes. É assim. Foi assim e vai ser assim até ao último dos dias da gestão desta desgraça que estamos todos a viver.

E isto, obviamente integra o Plano de Vacinação, mas eu nem gosto de chamar plano porque não o é, é a operação de vacinação.

Perguntavam quais são as logísticas? Obviamente que nós temos várias fases. Estão vacinados os idosos dos lares de saúde e os profissionais de saúde, não a 100%. Não há 100% em coisa nenhuma. Mas pronto, a maioria. Estão vacinados 50% dos Bombeiros da frente activa ao combate ao Covid. E começa amanhã a vacinação do primeiro grupo de vacinação que se inscreve na logica mais aberta de ser cidadãos com mais de 80 anos e os cidadãos de mais de 50 anos que têm uma daquelas morbidade que estão referenciadas pelas normas.

E o que é que nós fazemos? Olhem, ao dispor para tudo. Instalações, carro, notas de imprensa, apoiar seja no que for, é tudo. Neste momento pediu-nos o ACES o Dr. Pedro Nelson, com quem tenho reuniões nos últimos meses mais vezes que com os meus vereadores, por dia é mais que uma, mas é o que for preciso, precisamente para ajudar.

E esta operação de vacinação como todos sabemos, como ainda não é um plano no sentido de ter um planeamento que é cumprido, tem muito de improvisado.

A nossa vacinação era só para começar para a próxima semana. E na quarta-feira telefona-me o Dr. Pedro Nelson, presidente preciso da sua ajuda, porque tivemos aqui uma oportunidade e vamos iniciar no sábado.

Ajuda nisto, naquilo? Claro que sim, vamos lá. Reunimos os parceiros ontem, os nossos parceiros são as IPSS, gestoras de valências de apoio domiciliário e centros de dia, e Bombeiros, autoridades policiais, PSP, GNR e as nossas 10 juntas de freguesia. São os nossos parceiros.

Parceiros para quê? Nesta fase em que temos 5.700 pessoas por vacinar, parceiros para fazer chegar a informação a toda a gente. Obviamente o Agrupamento do Centro de Saúde está a fazer esse trabalho é o seu trabalho por telefone. Mas sabemos que não se consegue chegar a toda a gente. E, portanto, há um mecanismo que está montado entre nós para que àqueles que não chegou a informação, nós, a rede de parceiros, com coordenação da Câmara, a Câmara aí tem um papel de coordenar a rede de parceiros, fazer o que for preciso para que a pessoa X que não atendeu o telefone, que não tem telefone, seja o que for, tenha a informação de que chegou o seu dia e vá fazer a vacinação, por um lado.

Por outro lado, aqueles que tenham necessidade de comprovada de transporte, seja por insuficiência de logística, seja por exemplo cidadãos acamados que têm que ter a vacina numa ambulância, está também montada esta operação com os Bombeiros, para fazer essa operação. Decidiu o nosso Agrupamento que nesta fase se devem usar Centros de Saúde. Quando chegarmos à fase chamada vacinação massiva, há pessoas a chamar estacionamentos de vacinação, que neste momento não estão ativados, quando chegarmos a essa fase nós disponibilizámos 2 estruturas municipais óbvias, porque é uma lógica de montar uma bateria de tendas com uma capacidade de vacinar muita gente em pouco tempo. E, portanto, disponibilizámos o Estádio Municipal de Aveiro e o Parque de Feiras e Exposições que estão ao dispor para que, quando chegarmos a essa fase, é preciso obviamente em primeiro lugar vacinas, em 2º lugar recursos humanos afectos. E com essas duas componentes na nossa mão e só acionar a logística. Está tudo pronto e nós gerimos a logística, instalações, circuitos, limpeza, está tudo ao dispor.

Mas vejam a vida. Foram referenciados dois Centros de Saude para realizarem a actual operação e nesta semana decidiu o nosso Agrupamento mudar e escolheu a Unidade de

Santa Joana com unidade base para fazer a operação, complementarmente com a Unidade de Oliveirinha, usando o pólo de São Bernardo. Foi uma escolha técnica que assenta em primeiro lugar nos recursos humanos disponíveis em quantidade e as devidas capacidades técnicas para fazerem a vacinação.

Mas ao olhar para Santa Joana a decisão que o ACES tomou foi que as pessoas não vão ser vacinadas no edifício da USF de Santa Joana, recentemente requalificado com uma obra da Câmara Municipal de Aveiro, mas como tem um conjunto de limitações, decidiu-se usando a disponibilidade da Junta de Freguesia de Santa Joana e na pessoa do Presidente Vítor Marques, para que o centro de vacinação físico o auditório da Junta de freguesia que, aliás, também recentemente requalificado por investimento da Junta de Freguesia financiado pela Câmara Municipal. Cedido gratuitamente, ao dispor e portanto, temos uma instalação de uma nossa junta de freguesia que vai servir de centro de saúde, digamos assim, também tirando proveito lógico, lógico, da proximidade física. Porque além de estar a vacinar, há um computador ligado por um administrativo que está ao lado dos enfermeiros que estão a vacinar, a fazer o processamento. E, portanto, como os edifícios são próximos, a extensão dessa rede, para que o sistema esteja integrado está garantida.

Portanto, grosso modo, nesta fase, é isto. Tenham apenas a certeza absoluta que nós vamos trabalhar, continuar a trabalhar nesta equipa, com toda a dedicação, sem palcismo absurdo e, infelizmente, vemos quase diariamente cenas patéticas de gente (e deixem-me usar a expressão porque não encontro outra melhor) gente a fazer circo à custa desta pandemia, deste combate violento, em que estamos todos envolvidos.

Ontem tive duas reuniões, uma com o Senhor Almirante Gouveia e Melo e outra com a nossa equipa de rede de parceiros, porque é neste momento que temos de arrancar, vamos procurar arrancara bem, chamar a atenção de toda a gente, para que isto corra bem, nesta fase. Haverá outras fases, obviamente, mas é preciso que haja vacinas.

Eu acho que a Comissão Europeia está a gerir este processo muito bem, muito bem. com rigor e qualidade. O que seria de Portugal a comprar vacinas no mundo, se não fosse membro da União Europeia? O que seria? E pronto, agora há aí um Partido muito interessado em que se compre vacinas, com o nome de foguetão, será outro míssil, mas obviamente a União Europeia, por motivos de natureza técnica, diga-se a verdade completa como eu gosto, e também por motivos de natureza política, não está a usar aquilo àquilo que chamo de vacina foguetão e, obviamente, faz muito bem. Mas vejam o que era o nosso mundo à espera de vacinas produzidas por fábricas do Estado!? Q

Então aí sim tínhamos um problema gravíssimo e talvez daqui a 10 anos tivéssemos vacinas produzidas em fábricas do Estado.

Hoje o Eng. António Guterres foi pertinente naquilo que disse esta semana, de chamar a atenção do mundo que, neste momento, 75% das pessoas vacinadas vivem apenas em 10 países do mundo e que ainda há cidadãos de 130 países do mundo, que ainda não viram uma a única vacina. E aí apela-se, obviamente, à solidariedade do mundo, para que este desequilíbrio no combate à pandemia mundial, se desajuste do outro desequilíbrio que é económico, da diferença da capacidade económica de cada um dos países do mundo em que nós temos o prazer de viver.

Em relação ao PRR deixar apenas 2 ou 3 notas. Eu não vou falar hoje do PRR com profundidade. Temos reunião da Comunidade Intermunicipal na segunda-feira, da ANMP na terça, reunião com o Primeiro-ministro em sede de concelho de concertação territorial na quarta. Enfim, como compreenderão, com todo o respeito pela Assembleia, não o devo fazer hoje. Temos uma posição que vai ser clara, que vai ter estas dimensões municipal, regional e nacional, mas, obviamente, durante a próxima semana, as posições que temos sobre esta matéria são conhecidas, sabendo que, obviamente.

Em notas breves introdutórias, o Plano tem coisas boas? Claro que sim. O eixo Aveiro/Águeda é uma delas, claro que sim. E o Plano tem coisas inacreditáveis! E a primeira inacreditável, errada, inadmissível, é a ausência do investimento de ampliação e qualificação do Hospital de Aveiro, no âmbito do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Levei esta matéria inclusivamente ao Comité das Regiões. Porque esta é uma crise pandémica e o PRR em 1º lugar e para capacitar os Estados, os sistemas de saúde, para gerir esta pandemia e as próximas pandemias.

Obviamente há outros sectores da economia para acorrer. Claro que sim. Mas esperem aí, não faz sentido que uma crise económica e social provocada por uma pandemia e que veio evidenciar insuficiências graves no Sistema Nacional de Saúde, que o sistema de saúde seja secundarizado no PRR, e ele está gravemente secundarizado. Nomeadamente no que respeita à componente dos cuidados secundários ou dos cuidados hospitalares.

Falaremos mais sobre o PRR naquilo que ele tem de bom, mas também naquilo que ele tem de mal. Porque estão lá coisas inacreditáveis. E daquilo que ele não tem. E, obviamente, para nós o pior dos exemplos, eu estou a falar porque é um investimento municipal e da região de Aveiro. Não. Está assumido pela Região Centro, pelo Conselho da Região Centro, como um dos 8 investimentos prioritários para a Região Centro. Portanto também tem essa outra dimensão.

Continuamos a lutar para que ele venha a ser inscrito no PRR, continuaremos a lutar para que obviamente falhado o PRR, obviamente o possam incluir na fonte seguinte que é o Portugal 20/20. E obviamente, o quadro 21/27 que já está em estruturação como sabem.

Ainda agora foi conhecido as declarações da Senhora Ministra Ana Abrunhosa, com quem temos trabalhado bastante sobre essa matéria.

Mas quanto ao Aveiro/Águeda falarei no dia 4 de Março. Temos um compromisso de honra entre o Presidente da Câmara de Aveiro, o Presidente da Câmara de Águeda e o Presidente das Infraestruturas de Portugal. Nesse dia falaremos sobre esta matéria. E o dia é 4 de Março. Eu honrei o compromisso que assumimos em conjunto, numa reunião realizada a semana passada e falarei em plena condição sobre essa matéria no próximo dia 4 de Março. Dando vivas às vivas que é preciso dar e dando notas às notas que é preciso dar. Mas dizer que o papel das Câmaras deste processo vai ser fundamental. E se falamos de maturidade em 2026, caro Filipe Brandão, a esse nível, o trabalho de ampliação e qualificação do hospital vai mais à frente, do que o trabalho do Aveiro/Águeda.

E assim como a Câmara de Aveiro e a Câmara da Águeda se puseram ao dispor do Governo para fazerem agora, aquilo que os governos nunca fizeram, a Câmara de Aveiro também se pôs ao dispor do Governo atual, para fazermos no que respeita ao projeto, aquilo que até agora os governos não fizeram no que respeita ao nosso Hospital.

Portanto em termos de maturidade de processo o nosso Hospital vai bem à frente. Ouça, bem à frente do eixo Aveiro/Águeda. Mas falarei com pormenor no dia combinado entre nós os três, com vivas, repito, a quem as tenho que dar e com notas (e são bastantes) de trabalho, de compromisso, de realismo sobre essa matéria no dia que combinámos, que é, repito o dia 4 de Março.

Uma nota final sobre aquilo que disse o Casimiro Calafate. Ah, mas já agora dos parcómetros. A lógica foi esta. O confinamento da altura foi um confinamento geral. Foi o medo de tudo. Foi o desactivar os parcómetros para as pessoas não se contaminarem quando os utilizavam. Foi o fecho total do comércio. Nós agora, as pessoas já sabem lidar com as mãos e o toque em superfícies e desinfetar antes e desinfetar depois. E temos comércio aberto e temos serviços abertos. E a pior ajuda que lhes podíamos dar era à frente do seu sítio comercial, onde para uma pessoa para ir ao pão à padaria, para ir aos bolos na pastelaria, para ir comprar mercearias às mercearias, que à frente estivessem os carros do morador do prédio a ocupar o tempo todo impedindo quem vier. Era um contributo negativo

no tal apoio que queremos ao nosso comércio. Não é contra ninguém isto. Como disse e bem, não é uma questão de dinheiro. É uma questão de termos aqueles lugares a rodar para que os clientes daqueles estabelecimentos que estão abertos, a prestar serviços, que o Governo e bem, considerou essenciais, possam estar ali ao dispor dos clientes para que a malta não vá toda a entidade que gostamos muito, mas essas já estão apoiadas, que são as médias e as grandes superfícies, porque essas têm sempre mais um lugar para estacionar um carro e as lojas do centro da cidade, onde há parcómetros, e temos comerciantes a pedirem para colocarmos parcómetros em frente dos seus estabelecimentos em avenidas e ruas onde eles não existem, porque causa disto. Os lugares na rua, que em regra são poucos, estejam disponíveis para aqueles que utilização por curta duração.

Teremos oportunidade Casimiro Calafate, no ponto da Informação Escrita falar sobre a matéria que aqui hoje colocou, da Ria, do Polis, dos nossos projectos para o Baixo Vouga Lagunar, porque muitos deles também se integram dentro da actividade municipal e o meu tempo acabou e eu falarei nesse ponto três. Muito obrigado."

Ponto 1 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os órgãos das suas Freguesias e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2020.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 04/02/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰³¹ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³²

"Obrigado Senhor Presidente. Apenas duas ou três notas. Em primeiro agradecer aos nossos 10 Presidentes de Junta o trabalho de equipa que temos feito, nesta cooperação entre a Câmara e as nossas dez Juntas de Freguesia e os acordos que construímos, todos, em trabalho de equipa à mesma mesa para prosseguirmos este caminho, porque entendemos que ele é importante e necessário para a vida dos nossos concidadãos e para a boa gestão integral de todo o nosso território e porque este instrumento da delegação de competências é um instrumento, útil, ara nós conseguirmos maximizar esta cooperação entre a Câmara Municipal e as nossas Juntas de Freguesia.

Portanto deixar essa nota de agradecimento, de reconhecimento, porque o trabalho que temos desenvolvido tem nota muito positiva. Obviamente, se o trabalho não tivesse nota positiva, eventualmente, não estaríamos aqui a querer continuar esse trabalho. Mas nós queremos continuar porque temos nota positiva no que está feito e, porque, entendemos que este continua a ser um bom instrumento para a gestão destes objetivos que aqui estão apresentados durante este ano de 2021.

Este ano tivemos que fazer algumas adaptações por força do quadro legal que temos em vigor, que é diferente do quadro legal que trabalhamos até aqui. Portanto, a esse nível, enfim, procuramos com a ajuda, nomeadamente da nossa equipa de juristas e dos juristas da Associação Nacional de Municípios Portugueses, colocar as dúvidas no patamar o mais sólido possível.

Como é evidente, nesta fase nova de discussão do quadro legal, mantendo nós muitas diferenças de opinião e muitas críticas ao quadro legal que está em vigor, mas, pronto, é o quadro legal que está em vigor, por mais que mantenhamos um trabalho político, nomeadamente na ANMP de procurar que o Governo o altere, obviamente, ele está em vigor e temos que o cumprir, como não podia deixar de ser.

Portanto, no fundo temos aqui um ano de transição, dado que nós dissemos Não, à transferência de competências em 2019 e em 2020. E, portanto, este é o nosso primeiro ano e, portanto, há um conjunto de matérias que agora se fazem de uma maneira e obviamente há procedimentos no futuro, nomeadamente o procedimento que teremos de fazer em meados do ano de informação para a DGAL para as transferências virem a ser de uma parte dos valores, que no nosso caso é uma parte pequena do valor que está em causa vir a ser transferido por via do Orçamento do Estado e não pela via direta das Câmaras, mas obviamente lá iremos.

Portanto dar esta nota, sabendo que, no nosso caso, aquelas que são as delegações de competências, de competências que não foram entregues como competências próprias pela lei às Juntas de Freguesia, ocupam a maior parte do espaço financeiro destes 10 contratos que aqui trazemos.

Obviamente que a componente do investimento é uma componente muito importante nestes 10 contratos. Seja daquelas questões que nós chamamos de delegações de competências normais para a gestão e a manutenção de infraestruturas públicas. Seja aquelas que nós lhe chamamos as extraordinárias, que tem a ver com o cumprimento de objetivos extraordinários. Seja um armazém de uma junta de freguesia, um edifício sede de uma outra, cobras nos cemitérios, capelas mortuárias, enfim, uma diversidade enorme que, obviamente, está nos documentos que estão presentes.

Portanto é um instrumento muito importante. Conseguimos, enfim, eu diria com facilidade, fazer a construção deste trabalho, e ele obviamente também fecha o quadro da cooperação do mandato que estamos a viver e que estamos a terminar. Quando nós olhamos para o conjunto dos investimentos que fizemos, estamos a falar de investimentos de grande dimensão. Este conjunto de investimento está então no tal valor de 2 milhões 100 mil euros. É o valor total desta operação. Cumprindo o quadro orçamentado do nosso programa de ajustamento municipal e, portanto, é um número muito grande naquilo que respeita a uma análise comparativa com outros municípios, na sua dimensão financeira da sua cooperação com as juntas de freguesia, mas nós entendemos que este é um patamar necessário para o bom serviço aos nossos concidadãos.

E, portanto, é por aqui que temos vindo a caminhar e é por aqui, obviamente, com a aprovação da Assembleia Municipal, que nós vamos querer continuar a caminhar, sabendo que estes documentos estão aprovados pela Câmara Municipal, pelas Juntas de Freguesia, e estamos na fase agora da aprovação pela Assembleia Municipal.

Há já Assembleias de Freguesia que já provaram, outras foram esse trabalho na próxima semana e temos apontada a data de 26 de Fevereiro para assinar os documentos que entram imediatamente em vigor, com efeitos retroagidos. E, portanto, o primeiro período bimensal que é o que está contratualizado, os pagamentos serão feitos, cujos os relatórios sejam apresentados, logo que as Juntas tenham o relatório pronto e o pagamento é feito ao mês 3, no que respeita às despesas concretizadas no mês, um e dois. Temos um compromisso e o compromisso está a ser cumprido de parte a parte e, portanto entraremos agora, com a aprovação formal, e a assinatura dos contratos, e com a apresentação formal das despesas no pagamento e na tramitação financeira. Como sabeis, pela nossa parte, é feito com escrupulo no que respeita ao cumprimento de regras de pagamento mais pronto possível, o mais rápido possível. Portanto Senhor Presidente deixo estas notas e estarei ao dispor para aquilo que entenderem por bem, neste debate. Muito obrigado. "

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

"Muito o obrigado Senhor Presidente. O PAN em relação a esta matéria tendencialmente, irá acompanhar o executivo. Essencialmente porque nós não temos nenhuma representação do ponto de vista das juntas de freguesias, e damos como boa a informação que nos tem vindo a ser transmitida por parte da Câmara Municipal, de que as reuniões são obviamente um trabalho de equipa. E se os Presidentes de Junta seja do PSD ou do PS estão satisfeitos com este documento e com o seu teor, a nós não nos suscita nenhum tipo de objecção. Vemos aqui algumas áreas, que temos algumas dúvidas, mas são dúvidas que surgem do facto de não conseguirmos aferir junto das assembleias de freguesia e junto dos executivos de freguesia, da sua pertinência ou não. Mas em princípio não, não teremos nenhuma objecção e vamos votar a favor. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

"Obrigado Senhor Presidente. Portanto são conhecidas as reservas e as críticas do PCP em relação à Lei das Transferência de Competências e as reservas e as críticas que o PCP fez na altura. Portanto nem vou acrescentar porque elas já foram aqui também mencionadas e também outros plenários.

Portanto, vou cingir-me apenas aos Acórdãos que foram celebrados nesta matéria. De um modo geral estamos de acordo em termos financeiros com as propostas de contratos interadministrativos celebrados com as freguesias, uma vez que a transferência dos recursos financeiros do município para estas, são necessários à sua atividade e funcionamento regular. Além de que as próprias freguesias emitiram globalmente o parecer favorável, assumindo essa responsabilidade descentralização, pelo que o PCP não colocará qualquer objecção nesta matéria.

Contudo há dois apontamentos que o PCP gostaria de colocar neste ponto. Um deles refere-se à situação delicada e comprometida do normal funcionamento duas freguesias.

Refiro-me a Aradas, onde o Orçamento não foi aprovado e, como tal, tem uma gestão por duodécimos. E noutro caso, muitíssimo mais grave, São Jacinto com uma tesouraria carregada de interrogações e fragilidades e, como tal, poderá comprometer seriamente a execução das atividades propostas.

Sem procurar discutir assuntos internos nestas freguesias, que não é esse objetivo da minha intervenção, estas pessoas têm os seus espaços próprios e autonomia para o efeito, o PCP questiona o Senhor Presidente sobre as medidas e respetivas diligências que tomou para acompanhar e apoiar, no caso de haver necessidade, como é óbvio, a concretização das competências, atividades e ações de cooperação previstas nos contratos interadministrativos destas freguesias.

Penso que é legítimo colocar esta questão, atendendo que os recursos financeiros afectos às transferências de novas competências para as freguesias provêm do Orçamento Municipal. Por fim, tomar nota, referente à variação de transferência em valores absolutos da transferência dos quantitativos para as freguesias, portanto, comparando desde o início deste mandato do atual executivo, até à estimativa para este ano, de que não houve assim um reforço tão significativo das verbas, até porque se acrescentarmos a esta análise, outro facto (e que registamos) para este ano, o valor absoluto de transferências de verbas estimado é de apenas 110.000 euros só comparado com 2017. Sendo, portanto, o ano de 2017 o ano com transferências mais elevadas no passado recente.

Curiosamente o ano das eleições autárquicas anteriores. Seguramente a pandemia não será a justificação para este facto, porque grande parte e como foi analisado e está explanado nos acordos facultados pelas freguesias, grande parte destas competências das freguesias resumem-se à gestão e manutenção de espaços, edificado, espaços verdes e vias públicas, estando também assegurada a cooperação da Câmara Municipal para com esta construção ou requalificação numa outra freguesia de equipamentos e infraestruturas de apoio e logísticas necessárias. Disse."

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Queria pedir desde mais que a minha intervenção ficasse registada como declaração de voto a seguir.

Bom, isto é uma discussão que se tem repetido todos os anos e, portanto, as críticas que daqui vou lançar e o que vamos dizer, não é propriamente nada de novo. É repetição dessas críticas. Obviamente que achamos importante transferir estas verbas para as juntas de freguesia o que possibilita que, de facto, tenham ação política, e ainda mais importante, na situação pandémica que exige ou que deve exigir que as juntas, que as câmaras, deste país todo, tenham uma intervenção e uma ação política ainda maior do que noutros anos.

Agora temos críticas a estes moldes. Sobretudo porque defendemos que os contratos, sejam plurianuais. Acreditamos que só assim é que as juntas de freguesia podem traçar planos de gestão dos serviços públicos de uma forma robusta e não temporários.

Achamos que a janela temporal de um ano e fazer contratos de um ano, é uma janela que reduz essa possibilidade de intervenção às juntas de freguesia e que faz com que as juntas de freguesia vivam uma situação de dependência da Câmara Municipal, da qual discordamos, e que não possa fazer investimentos sólidos em coisas, em objetos, em pessoas, empurram as juntas de freguesia para uma direção de situações em que se veem obrigadas a aplicar precariedade, a sustentar a sua política em regimes de biscates e achamos que isso não deve ser a forma como a política deve ser feita e muito menos, volto a insistir nesta lógica, sendo este ano, estando a viver este ano a crise pandémica que país está todo o viver e o mundo.

Ou seja, forma resumida, nós viabilizaremos este ponto. Vamos votar a favor, mas repetimos estes argumentos que temos sobre estes contratos. Critica ao facto de não serem plurianuais. O facto também de não combaterem, não ajudarem no combate à precariedade, se deixar as juntas de freguesia numa dependência e numa subordinação face à Câmara Municipal, muitas vezes até exemplificado em certas sessões da Assembleia Municipal.

Por tudo isto, serem no fundo, entraves a que as juntas de freguesia em união com a Câmara, se constitua verdadeiro serviço público. É isto. Obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[039](#)

"Obrigado Senhor Presidente. A delegação de competências da Câmara nas Juntas é já uma prática habitual no município de Aveiro. Sendo prática habitual, é porque todas as partes concordam com ela no seu ano após ano e que cada junta de freguesia vai executar no seu território. Executam-se os trabalhos, a Câmara paga a verba contratualizada e o processo é encerrado.

Por esses motivos, estamos de acordo com todo este processo e iremos votar favoravelmente. Obrigado."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

"Boa noite a todos. É bom encontrá-los. Em relação à posição da bancada do Partido Socialista em relação a este assunto dizer que somos também favoráveis, obviamente, a esta transferência e temo-lo dito. Aliás, acompanhando a posição dos dois vereadores na câmara. Compreendemos que há efetivamente aqui questões, não é uma prática de agora, compreendemos que há questões de afinação e de acompanhamento, inclusivamente pela discussão informada junto da Associação Nacional de Municípios. Nomeadamente coisas que venham a reforçar toda a colaboração que haja e que já sabemos que há e que clarifique eventualmente ou que reforce, os mecanismos que permitam que as autarquias, umas e outras, exerçam as suas competências de pleno direito. E, sobretudo, que isso permita melhorar aquilo que também a este nível é a governação multinível. Embora no mesmo nível, ou seja, a possibilidade de efetivamente trabalharem a subsidiariedade do dia-a-dia e a governação multinível de uma forma mais aberta, inclusivamente promovendo também aqui aquilo que são as competências mais abertas, a participação dos cidadãos. Obrigado."

Vogal Victor Oliveira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

"Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores e minhas Senhoras. Mais um ano e mais uma oportunidade da Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do município unirem esforços no aperfeiçoamento dos serviços prestados àqueles que habitam, trabalham e visitam o nosso território. É um trabalho que implica um esforço diário de promoção da qualidade e da eficácia que temos vindo a cumprir ao longo dos últimos anos.

Na verdade, importa hoje referir que o facto de em meados de 2016 termos iniciado este caminho de partilha de tarefas e funções, permiti que no arranque deste novo contrato, concluir que haja a Junta de Freguesia de Santa Joana e as demais autarquias, estão mais e melhor preparadas para manter as atuais Delegações de Competências em vigor. Bem como de a qualquer momento receber novas e diferentes delegações, se assim o executivo camarário o entender.

Aliás, neste propósito, permitam-me que realce números e factos, o resultado que esta delegação de competências tem para a freguesia de Santa Joana, contrariando aqueles que consideram que este tipo de contratos não têm eficiência ou não servem para nada. Senão vejamos. Só em 2020 foram limpos mais de 100.000 metros de valas e valetas, limpos mais de 80.000 metros de bermas e passeios e associadas embelezadas cerca de 150.000 metros quadrados de jardins e espaços verdes. Em 2020 foram mais de 40 ruas que ganharam uma placa toponímica, mais de 2 dezenas que viram os seus passeios reparados. Foram centenas, enquanto a pandemia deixou, as crianças que usufruíram dos diversos parques infantis e polidesportivos que se encontram em bom estado e que são frequentemente alvo de manutenção.

Por tudo isto, resultado de um trabalho conjunto e profícuo que a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de Santa Joana e as demais autarquias, querem manter e aumentar durante o presente ano.

Por fim, quero referir que, para mim e para o executivo que lidero este acordo é uma forte medida de proximidade com a população local, que conduz a um trabalho de proximidade com os nossos cidadãos que muito nos apraz. Um bem-haja a todos."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores e Senhoras deputados. Duas palavras simples e um bocadinho na continuidade daquilo que o meu colega Vítor disse à momentos. Isto acima de tudo é um trabalho de equipa. Um trabalho de responsabilidade que as autarquias assumem ao serviço do povo e ao serviço realmente das populações que nos elegeram. Isso é acima de tudo o mais importante.

Depois gratificante ver também que, todos os Partidos aqui representados, de uma maneira geral, concordam e apoiam esta iniciativa. E quando assim é, as coisas são mais fáceis quando todos estamos de acordo, quando todos sentimos que estamos a remar no mesmo sentido, naturalmente, que o trabalho é muito mais profícuo e com isso toda a gente beneficia. E é isso que no fundo é o nosso objetivo.

São Senhor Presidente de Câmara, mais dois milhões que transfere para as freguesias. Mais 2 milhões. É prova inequívoca de que o Senhor confia nas Freguesias, confia no seu trabalho, na sua competência e na sua experiência, que ao longo dos tempos fomos adquirindo.

Vamos continuar com esse mesmo espírito, com esse sentido de responsabilidade, responsabilidade acrescida, porque os valores aumentam e também nós temos necessidade de corresponder às pessoas que em nós confiaram, que estamos cá, no lugar certo para cumprir realmente a nossa obrigação. É esse o nosso compromisso e é assim que vai ser.

Por parte da minha autarquia União de freguesias de Glória e Vera-Cruz, as verbas vieram ao encontro daquilo que nós sentimos ser urgente realizar. Estamos gratos por isso. Por isso Senhor Presidente, este trabalho de equipa é maravilhoso, é excelente, vamos continuar. Muito Obrigado."

Vogal Nelson Santos (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

"Muito boa noite a todos. Queria aqui dizer duas ou três palavras sobre a delegação de competências para a Junta de Freguesia de Cacia. A Junta de Freguesia de Cacia recebe do Estado 100 mil euros ano. Da delegação de competências da Câmara Municipal de Aveiro recebe 165 mil euros. É para vocês verem bem a quantidade e a capacidade que estas delegações de competências nos atribuem para nos aproximarmos dos nossos cidadãos e acima de tudo do trabalho dos executivos das Juntas de Freguesia. É muito importante o trabalho que nós todos estamos a realizar e do trabalho da Câmara Municipal de Aveiro de confiar nas Juntas de Freguesia para honrar os seus compromissos também.

Cria a nível da delegação de competências investimentos, designadamente da Casa do Conselheiro que está a andar e que é também um investimento da Câmara Municipal de Aveiro, e já estamos a projectar o futuro com o projecto das piscinas e do nosso mercado da freguesia. Um bem-haja. Obrigado."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

"Muito obrigada Senhor Presidente, muito boa noite. O meu colega que me antecedeu falou da dignificação dos presidentes de junta. E é sem dúvida o que aqui estamos esta noite a fazer. É uma dignificação dos eleitos locais e dos eleitos de freguesia em concreto. E tem vindo a ser uma prática esta dignificação dos eleitos de freguesia por este executivo e a verdade é que neste mandato é a quarta vez que aqui estamos a discutir e espero que a aprovar. Porque e ainda ontem tivemos reunião preparatória para o Conselho Geral da Anafre que se realiza amanhã e com grande espanto meu há freguesias que ainda não assumiram competências. Inclusivamente um colega de Ansião deu o exemplo que é

presidido pelo Partido Socialista, mas deu o exemplo que ainda nem sequer estavam neste patamar de transferência de competências. Ou seja, o que para nós em Aveiro é uma realidade e uma realidade que todos damos por certo, infelizmente, no resto do país ainda não é verdade. Não só em termos de matéria de transferências, mas também de verbas. A maioria das maioria das verbas alocadas a cada freguesia representam muitas vezes a verba de todo o município que transfere para todas as freguesias. E não precisamos de ir a municípios muito longe para conhecer esta realidade. Portanto, dar aqui uma nota também como Conselheira da Anafre que, de facto, é uma dignificação sobretudo trabalho dos eleitos das freguesias e que sem dúvida que se reflete num melhor serviço às suas populações. Porque a ideia de que a freguesia é órgão mais próximo é o órgão mais próximo. Mas se a freguesia não tiver capacidade de responder não valerá de nada essa proximidade se não puder ser efetivada. E estas delegações de competências efetivamente dotam as freguesias permitem-lhes ter não só recursos financeiros para conseguirem depois ter também recursos humanos e ter capacidade de resposta, quer no seu dia-a-dia, como com base em boa gestão, ter também capacidade de resposta como ainda tiveram este ano no âmbito da pandemia de covid e do ano passado, conseguirem também avançarem com respostas elas próprias e que se não existissem estas verbas das delegações de competências não seriam possíveis. Porque como o meu colega Nelson bem frisou, os montantes que recebemos do Estado não permitiria outra gestão.

E, portanto, dar aqui essa nota e como Presidente de Junta de Aradas, de facto realçar que se consegue, conseguimos já atingir neste mandato investimentos que não seriam possíveis de outra forma sem a delegação de competências. E também dar aqui uma nota ao senhor deputado do PCP para que esteja descansado, porque de facto estamos em duodécimos, a reconfigurar no regime no Orçamento do ano anterior, que já previa também essas delegações de competências.

E, portanto, tudo isso será devidamente salvaguardado. Sem, como é óbvio, desprimor da possibilidade da revisão orçamental e, além disso, já não é a primeira vez que a Junta de Freguesia de Arada está com duodécimos e com delegação de competências, tal também sucedeu em 2017.

Portanto, não é só em 2021. Eventualmente temos aqui alguma similaridade dado o ano eleitoral.

Voltando ao caso concreto da delegação de competências, que é o que nos traz aqui hoje, de facto, também salientar que não posso deixar de salientar a transparência, a lealdade e a cooperação, com que todo o processo é feito. Desde logo a negociação. Sentamo-nos efetivamente à mesa os 10 presidentes de junta, o Presidente de Câmara e o senhor Vice-presidente. E enaltecer também o trabalho do Senhor Presidente de Câmara do senhor Vice-presidente que acompanham no terreno todos e diariamente. Não é apenas quando os relatórios são enviados. Diariamente há um controlo e há um trabalho e quero aqui realçar o trabalho do Senhor Vice-presidente Jorge Ratola, que é sempre muito próximo na execução e também neste acompanhamento destas obras e destes trabalhos que vamos conseguindo fazer num verdadeiro trabalho de equipa e de cooperação. Sem distinguir ninguém. Todos sabemos o que é que cada um vai ter contemplado e quais os critérios que estiveram por detrás dessa contratualização que esperamos que venha a suceder.

Portanto dar aqui nota e enaltecer também o facto de ter sido por unanimidade na Câmara Municipal de Aveiro a aprovação desta proposta que aqui temos e dizer que efetivamente este é o caminho para todos juntos conseguiremos construir uma melhor cidade. Porque apenas dotando as freguesias (os órgão mais próximos) de meios, os conseguiremos alcançar. Disse."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

"Obrigado Presidente. Só duas ou três palavras para, como o antigo Presidente de Junta, manifestar os meus parabéns aos Senhores Presidentes de Junta que aceitaram, com certeza de bom grado. Mas sobretudo ao Senhor Presidente da Câmara, à Câmara no seu conjunto, pela responsabilidade que entregou às freguesias, mas também pela consideração que teve por elas. É fundamental isso. Porque é com certeza a minha última intervenção neste mandato, porque é a última aprovação de delegação de competências, pelo menos com esta generalidade às juntas de freguesia em que vou estar presente, queria desejar as maiores felicidades aos Senhores Presidentes de Junta, ao Senhor Presidente da Câmara, para que continue a valorizar esta gente que está junto das populações e que assim se sentem com mais força para lutarem por elas. Obrigado a todos."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

"Boa noite a todos. Agradecer Senhor Presidente, cumprimentar todos. Este é efetivamente um ponto recorrente que vêm a estas assembleias municipais e eu, acho que às vezes nós quando a casa já está arrumada, damos as coisas por adquirido e eu gosto sempre de reforçar que nem sempre isto foi assim.

Em 2013 a situação era de uma dívida de 1,3 milhões de euros às Juntas de Freguesia. E desde aí, o que tem acontecido, é um crescimento de ano para ano e que a partir de 2018, estabiliza acima dos 2 milhões de euros de transferências que são feitas para as Juntas de Freguesia.

Isto nunca é demais de relembrar esta situação. Porque isto é um reflexo de algo que só o torna instrumento como o deputado Filipe Neto Brandão que há umas sessões atrás mencionava relativamente a este assunto, só torna este instrumento útil na gestão autárquica, se efetivamente da parte de quem transfere esta verba, exista uma casa arrumada do ponto de vista económico-financeiro. E, obviamente, também da parte das juntas de freguesia que têm um acompanhamento mensal, sobre a execução destes projetos de investimento e todas estas tarefas que competem às juntas de freguesia, há efetivamente um acompanhamento muito próximo. E, portanto, exigente desse ponto de vista.

Para concluir, apenas dizer que eu não consigo interpretar um voto a favor, seja de que a bancada for nesta Assembleia Municipal, que não seja como efetivamente uma confirmação em que acreditam nas contas do município e que acreditam no trabalho que as juntas de freguesia estão a fazer e a desempenhar. Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

"Senhor Presidente sobre a delegação de competências e da respetiva carga financeira, a bancada do PSD, naturalmente, e depois de todos os Presidente de Junta ter acordado, a bancada irá votar favoravelmente. No entanto politicamente desejava realçar quatro aspetos. Esta delegação de competências é feita com todas as juntas de freguesia. Repito com todas as Juntas de Freguesia independente da sua cor política partidária.

Segundo referir que esta delegação de competências e do pacote financeiro, só é possível devido às boas contas da Câmara Municipal de Aveiro.

Sem esta delegação de competências e a respetivas verbas fazem deste ponto, Aveiro como um bom exemplo para todas as Câmaras do país.

Esta delegação de competências com o respetivo pacote financeiro é feita ao mesmo tempo que o executivo diminui a dívida significativamente e aumenta investimento. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

"Senhor Presidente muito obrigado. Obrigado a todos. Em primeira lugar pegar na nota da presidente Catarina, do trabalho de equipa, do trabalho diário. Em primeiro lugar do nosso Vice-presidente Jorge Ratola que tem esta área e que trabalha diariamente este dossier. Não há excepção áquilo que acabei de dizer. O nosso trabalho de equipa com as juntas de freguesia não é o momento de aprovar os contratos ou de os assinar. É o momento de todos os dias os executar e exponenciar a cooperação na lógica de que esta soma é geradora do serviço público mais qualificado. Portanto essa é a ambiência e essa é a nota de um trabalho, repito, que é diário e permanente, obviamente que nos envolve a todos, mas, enfim, em primeira instância pela mão e pelo trabalho diário do Vice-presidente Jorge Ratola.

Em segundo lugar dar nota ao David Silva que nós acompanhamos a vida das juntas de freguesia como é evidente. E muitas vezes, muitas vezes mesmo, as nossas conversas vão além daquilo que é matéria da estrita cooperação para fazer obras e para tratar de matéria financeira, como é evidente. Eu converso com a Presidente Catarina sobre as questões da gestão da freguesia, como converso com o Presidente António Aguiar, ou com os Presidentes todos.

Não nos metemos é onde não somos chamados. Porque o princípio da autonomia é o princípio que nós respeitamos em absoluto e, portanto, não há cá ingerências. Nós não nos metemos onde não somos chamados. Mas temos que estar atentos, obviamente, porque há preceitos legais que temos que cuidar. E, portanto, naquilo que é a relação com a Junta de Ardas, obviamente que estamos em plena condição legal para executar este contrato que seguramente vamos aprovar hoje, portanto há todo o cabimento na gestão orçamental que a freguesia de Aradas tem, utilizando o quadro base do orçamento anterior num trabalho de duodécimos e portanto com toda a legalidade e a normalidade faremos a assinatura execução do contrato.

Em relação a São Jacinto a mesma coisa. São Jacinto tem uma situação grave. Grave legalmente. Grave e até ridícula politicamente porque temos uma Tesoureira, tão militante do Partido Socialista com o Presidente de Junta, que é responsável pelas Contas e que vota contra as suas próprias Contas no executivo de freguesia, é ainda mais ridículo.

Não conheço nenhum caso, em que tendo o partido socialista maioria numa assembleia de freguesia, chumba as Contas. Portanto é de facto uma situação politicamente absurda e ridícula e que continua no silêncio das justificações do próprio Partido Socialista. Mas nós o que fazemos é cooperar e ajudar a Junta e garantir a legalidade das transferências financeiras. Só este ano, nas 5 primeiras semanas, recebemos 3 penhoras sobre créditos da Câmara à Junta! Continuamos a defender os nossos créditos, porque entendemos legalmente que o podemos fazer, para proteger, obviamente, as transferências financeiras que vão chegando com certa regularidade. E este ano em 5 semanas já apanhamos com três. Mas temos pela primeira vez uma coisa delicada. Vamos ver se corre bem. Pela primeira vez, um Agente de Execução recorreu para Tribunal da decisão da Câmara de dizer não, estas receitas que cá temos não são penhoradas. Nunca nos tinha acontecido. É a primeira vez.

Vamos agora ver qual a decisão do juiz, embora nós estamos no processo, já escrevemos ao Tribunal, já justificámos tudo, em defesa da legalidade do que estamos a fazer, mas, obviamente há um juiz que neste momento tem um recurso de uma penhora que nós recusámos e, obviamente, tratará com o seu critério como é evidente.

Mas, lá está, voltamos ao mesmo, há aqui questões delicadas, temos que cuidar e acompanhar, garantindo que as transferências que estamos a fazer no quadro deste contrato que faremos e dos contratos anteriores, está com legalidade total. E obviamente é

nesse âmbito que o temos feito e temos cumprido, mesmo com essa situação que é delicada. Mas temos toda a cooperação com a Junta de Freguesia, em linha direta com o seu Presidente de Junta, para que tudo corra bem na execução destes contratos com a Junta de Freguesia de São Jacinto.

Quanto à questão das verbas. É preciso cuidado quando veem as Contas. Eventualmente o David está a falar de orçamento de início e depois no fim de contas de não execução, ok.

Aconteceu isso e 2017 e aconteceu isso em 2018. Quando avançamos no início, obviamente, que queremos que se executem 100%. Mas especialmente nos 2 primeiros anos não foi assim por motivos vários. Porque a nossa Dotação é uma Dotação FAM e, portanto, ela anda sempre aproximada, não é 2 milhões 100 mil, zero, zero, zero. Não. É mais ou menos aproximado. Mas sempre nesse patamar, tirando obviamente o ano 2016 que foi aquele meio ano em termos de arranque desse processo que agora ganhou velocidade de cruzeiro a partir do segundo semestre de 2017, depois de termos conseguido ter fundos disponíveis a partir de Abril de 2017 e entrar em normalidade contratual com as nossas Juntas de Freguesia.

Eduardo eu concordo consigo completamente. E espero que os nossos sucessores, sejam eles autarcas da Câmara, da Assembleia ou das Juntas de Freguesia, assumam e arranquem para a plurianualidade dos contratos. Espero bem que isso aconteça. Se for eu o meu próprio sucessor assim farei. Se não for eu aconselharei o meu sucessor a fazer dessa forma. Mas há uma razão. É que agora estão reunidas as condições para que isso aconteça. Antes não estavam reunidas essas condições. Em primeiro lugar pela actual fortaleza da Câmara, em segundo lugar na estabilização financeira das próprias Juntas de Freguesia. Não esquecer que a Câmara causou-lhes um dano grave pelo montante de dívida absurda alta que a Câmara tinha para com as Juntas. E também um terceiro factor que é o factor de estabilidade do quadro legal.

Portanto este mandato e nós dissemos isto várias vezes, até porque a vossa crítica é recorrente. Aí têm sido coerentes. Mas a verdade é esta, só agora começa a haver, a estarem reunidas essas condições e, portanto, é minha profunda convicção que os autarcas que se nos vão suceder terão todas as condições para darem mais esse passo da contratualização plurianual.

No entanto, nós aqui temos uma fortaleza plurianual. É a fortaleza da confiança e do crédito que temos na relação uns com os outros, de garantir que os compromissos vão ser cumpridos e é por isso, até a gente critica, enfim, de forma superficial, a presença de alguns investimentos que estão vários anos. Obviamente, só quem não sabe o que é tramitar. Por exemplo Presidente Nelson falou aqui da obra da futura sede da Junta de Freguesia de Cacia, que o problema do projeto, o problema de pôr em ordem as questões formais de património, lançar um concurso público, escolher o empreiteiro. Isto, enfim, assim com contas baixas, são dois ou três anos. E depois este dossier, como vários outros, teve teve alguns problemas para que este tempo fosse maior. Mas houve alguma dúvida na junta de Cacia de que nós manteremos esta parceria? Não. Houve alguma dúvida nalgumas das 10 juntas nalguns outros processos de que esta parceria se mantinha sólida? Não. Há alguma dúvida nalguma Junta de Freguesia de que a despesa feita em Janeiro e Fevereiro deste ano, será devidamente pago acto imediato à formação dos contratos e à apresentação dos relatórios normais? A resposta é também, não.

Portanto é esta solidez plurianual, mas assente em valores humanos e políticos, que eu sei que não estão muito na moda, mas que nós temos que continuar a lutar para estarem na moda, que é a confiança mútua. É sabermos que a palavra dos homens e a honra está acima dos contratos formais.

Mas repito o que disse. Podemos também nos passos formais agora dar esses passos. Portanto concordo com clareza com o que o Eduardo referenciou. Mas aqui não há

dependência, não há subordinação, não há nada disso, ok. Somos livres quando concordamos. Somos livres quando discordamos com lealdade e com frontalidade. Aqui não há nenhum negócio de condicionamento, seja de quem for, é um exercício livre. É evidente que, em regra, as Juntas recebem mais dinheiro da Câmara do que do Orçamento de Estado. Está certo? Não. Quem defende a autonomia dos órgãos autárquicos em pleno, como eu defendo, obviamente que não queria assim. Queria que as dotações do Orçamento de Estado fossem muito maiores do que as dotações das Câmaras. Nesta ambiência, ainda há muitas centenas de juntas de freguesia no país que não recebem dinheiro das Câmaras e ainda há outras centenas em que o valor que recebem do Orçamento de Estado é substancialmente superior ao valor que recebem das câmaras municipais. Portanto, é bom que saibamos que a ambiência Nacional, de facto, não nos serve de exemplo em regra. Há também muito bons exemplos, melhores que o nosso, há sim senhor, mas felizmente estamos no grupo daqueles que são exemplo para os outros e em liberdade política plena e em preceitos de respeitabilidade absoluta e total. Quando temos que fazer acordos, temos que fazer acordos.

Se fosse a Câmara sozinha a fazer estes textos eram assim? Não. Se fosse cada um dos seus presidentes de junta a fazer estes textos sozinhos eram assim? Não. Quando somamos opiniões a soma é um episódio diferente de um episódio solitário, fosse ele escrito pela câmara fosse ele escrito pela junta de freguesia. É o normal das parcerias e da construção de acórdãos. Enfim, o Bloco de Esquerda não tem juntas de freguesia no nosso município, digo eu felizmente, mas pronto, se um dia tiver essa experiência e se a matriz política de gestão for a nossa, verá que é dessa forma que é com esses valores e com esses princípios que nós vamos continuar a trabalhar com toda a gente, porque somos servidores da mesma terra e servidores da mesma gente.

Aos Senhores Presidentes de Junta que tomaram a palavra agradecer a todos e obviamente retribuir os agradecimentos que partilharam e os testemunhos diferenciados que nos trouxeram, com esta nota muito clara dos ganhos de proximidade entre nós e, obviamente, sendo entre nós, estamos também a ganhar uma administração pública local mais próxima dos nossos concidadãos, que são a razão de ser e o destino de tudo aquilo que nós fazemos. E este é um exemplo positivo. Lembramo-nos todos, especialmente das Assembleias Municipais do mandato anterior, que havia aquelas coisas todas alimentadas pelas bancadas da oposição, de que nós éramos uma Câmara anti-juntas. Isto era uma Câmara que só fazia mal às Juntas. Naquela altura em que nós, obviamente, por limitações financeiras e legais graves, não podíamos fazer aquilo que, desde 2016, de forma mais clara desde 2017, fazemos. E neste mandato que agora estamos a terminar fazemos desde o primeiro ano com toda a normalidade e com toda a regularidade porque achamos que este é um acto, como dizia o Casimiro Calafate, há aqui responsabilidade, há aqui consideração, mas há aqui consequência positiva dos contratos. E é aí que assenta a base do futuro. Da nossa parte, no dia em que a análise dos contratos for negativa, acabou. Mas é nossa profunda convicção que vamos continuar a fazer análises positivas dos contratos, até porque, como fazemos análises diárias, não temos surpresas. Se fizéssemos análises só uma vez por ano era natural termos alguma surpresa, não. Como há esse trabalho de fazer e avaliar permanentemente, temos neste procedimento a garantia absoluta de que vamos executar bem com rigor, com qualidade, estes contratos que aqui estão presentes.

Agradecer ao Filipe Tomás e ao Manuel Prior as vossas notas. Porque é bom lembrar que a base que temos para que tudo isto seja possível, é fundamental. A retoma da Câmara que foi financeira, foi legal, foi de credibilidade, é obviamente uma peça base que lá continua a estar, porque se nós retirarmos outra vez, como foi retirada, voltamos a não ter possibilidade de fazer tudo isto. Conseguimos construir essa base e conseguimos manter uma gestão que garante essa base para prosseguirmos este trabalho de cooperação. Este

trabalho de grande investimento. Estamos a falar de uma grande obra de 2 milhões e 100 mil euros, que é uma obra material no município, que é também imaterial, e tem uma importância social, comunitária e política muito relevante. E obviamente não se esgota aqui. O Presidente Nelson deu o exemplo dum projecto que estamos a desenvolver. Será um projecto da Câmara, no que respeita aos edifícios da piscina e do mercado de Cacia. Podemos dar o exemplo da casa mortuária de Oliveirinha, que é um projeto em curso de uma obra que vai ser da Câmara, ou da casa mortuária de São Jacinto, que é um projeto em curso que vai ser uma obra da Câmara, para dar só estes exemplos mas podemos dar vários outros de forma a que possamos desta cooperação, nascem ideias, objetivos importantes, muitas vezes com origem na Junta de freguesia e que a Câmara assume como importantes e integra-as no quadro dos investimentos da Câmara como é evidente. E, portanto, os nossos contratos e a nossa cooperação vai muito para lá, que não podia deixar de ser, e temos muitos exemplos em todas as freguesias destes contratos, mas ele tem obviamente um lugar muito importante. E deixo obviamente uma palavra todos, de agradecimento pelo apoio às propostas que aqui trazemos. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁵⁰ o Ponto 1 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os órgãos das suas Freguesias e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2021, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta quatro votos favor (PSD15+CDS5+PS10+BE2+PCP1+PAN1). Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Eduardo Antunes (BE)

"O vogal solicitou à Mesa a transcrição em acta da sua intervenção, pois é a sua declaração de voto."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"O vogal solicitou à Mesa a transcrição em acta da sua intervenção, pois é a sua declaração de voto."

Vogal David Silva (PCP)

"O vogal solicitou à Mesa a transcrição em acta da sua intervenção, pois é a sua declaração de voto."

Vogal Fernando Nogueira (PS)

"O vogal solicitou à Mesa a transcrição em acta da sua intervenção, pois é a sua declaração de voto."

Ponto 2 – Apreciação e votação da adesão à “European Route of Ceramics Associations”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 17/12/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁵² deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

"Senhor Presidente a proposta é clara. Este é um trabalho que temos vindo a gerir, no quadro da Associação Portuguesa, no quadro das nossas ligações europeias que queremos além do mais aprofundar, intensificar. Também no quadro da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura. Esse é sempre uma presença importante no quadro daquilo que fazemos na área da Cultura, seja estritamente em território nacional, seja neste quadro de relações europeias e, portanto, entendemos que este passo é mais um contributo para darmos expressão, darmos uma maior expressão a esta dimensão.

Este trabalho é liderado pelo vereador Miguel Capão Filipe e, portanto, entendemos que este é um passo útil para que nós possamos dar mais expressão ao investimento que estamos a fazer na dimensão imaterial e também na dimensão material.

Darmos também mais peso à presença portuguesa nesse quadro europeu, porque obviamente também temos essa responsabilidade de representação nacional. E, obviamente, por aí ganhámos dimensão a vários níveis, ganhámos notoriedade também e ganhamos mais um instrumento de rentabilização de valorização deste património que é vasto e que é muito importante na área da cerâmica.

Arredondando assim a conta de um setor que é muito extenso e com várias tipologias, mas pronto, que nesta Associação e nesta tipologia de frente cultural e patrimonial, tem este nome e tem esta referência. Portanto, forma simples esta é a proposta que aqui trazemos, obviamente, estaremos ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

"Obrigado Senhor Presidente. Em relação a esta proposta obviamente estamos de acordo e deve ser promovido este tipo de iniciativas em que promove as parcerias internacionais, mais em contexto europeu. Nesta área artística que é também cultural. Interpretamos que poderá ser um contributo importante tanto para a bienal cerâmica artística de Aveiro, que penso que já vai na 16ª edição este ano, e da própria candidatura da cidade "A Capital Europeia da Cultura".

Gostaria também trazer a expectativa de que a integração e participação do município nesta organização em rede, atendendo à missão e valores desta última, seja um importante contributo para a defesa e valorização e divulgação do património identitário da cidade e região, relacionado com a cerâmica. Daí dever ter um carácter também pedagógico, no que se refere várias situações pontuais que nós assistimos na cidade. Devido também ao seu próprio crescimento, gentrificação, em que muitas vezes o edificado histórico com presença muito significativa deste tipo material, muitas vezes é convertido em vez de ser reabilitado e, portanto, provocando perdas irreparáveis no património.

Por fim, gostaria também de dar nota e reconhecer, dar valor aos inúmeros trabalhadores da indústria cerâmica da região, aos artistas, aos agentes culturais e turísticos, que colocaram a região de Aveiro na rota da cerâmica. Também se tem que fazer justiça a esses homens e mulheres que contribuíram para essa nobre arte.

Por fim, trazendo e correndo à nossa memória coletiva, os contributos tecnológicos e científicos de ensino que Universidade de Aveiro tem neste campo. Não podemos esquecer que a primeira licenciatura em Engenharia Cerâmica e do Vidro foi criada nesta Universidade. Estamos a falar logo aquando da fundação da Universidade em meados da década de 70, dando nome esta licenciatura à própria unidade orgânica. E que, posteriormente, foi gradualmente convertida a partir de 2012, sobretudo na licenciatura em Engenharia de Materiais, atualmente o departamento de materiais e cerâmica.

Portanto, acho que também será importante dar nota desta memória, também do contributo da Universidade para esta matéria. Muito obrigado"

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Aveiro tem uma história de grande valor cultural ligada à cerâmica, ao património cultural, arquitetónico, mas também do trabalho, como aqui já foi dito.

Há vários exemplos da cerâmica aveirense neste conjunto, nestes vários ramos de património, sobretudo até do trabalho, do próprio Centro de Congressos, onde estamos aqui hoje, que é um dos maiores exemplos disso mesmo e que devemos valorizar quando falamos da cerâmica de Aveiro. O Bloco de Esquerda defende a valorização deste património, neste conjunto ramos e, portanto, iremos votar a favor desta adesão já que defendemos projetos de cooperação cultural, de recuperação arquitetónica, projetos de cooperação artística e também laboral, seja a nível regional, seja a nível nacional, seja a nível internacional, achamos que estes projetos têm sempre pelo menos à partida a hipótese de serem vantajosos para o município.

Não podemos deixar de dizer que defender a cerâmica, no nosso entender, é também saber valorizá-la como marco arquitetónico da cidade. O mercado imobiliário em esteroides vive em Aveiro, para o qual contribuem as políticas deste executivo, da política arquitetónica do betão, não respeita esse legado da cerâmica. Portanto se a Câmara Municipal tem esse interesse em respeitar esse legado também do ponto de vista arquitetónico, nós entendemos que deveria ter maior tipo de intervenção, num plano urbanístico e arquitetónico, numa forma macro, que falta à cidade para que não exista uma cidade no futuro desvirtuada daquilo que é Aveiro e seja uma cidade apenas do betão. Isso parece-nos que falta grandemente neste executivo.

E antes de terminar, deixar também um mau exemplo, que não valoriza este património da cerâmica aveirense, que é por exemplo o pilar de betão que está em frente da antiga estação de comboios, que é um dos maiores marcos de painéis de cerâmica de Aveiro, que tem escrito "estação" na vertical. Parece-nos que colocar o mesmo entra ou pouco em contrassenso com o respeito e com o património, como política pelo património cultural da cidade em boa parte pela cerâmica. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁶

"Obrigado Senhor Presidente. Fazer parte de redes internacionais é sempre positivo. Pelo intercâmbio de experiências e conhecimento, pela possibilidade de dar a conhecer a cultura e a indústria de cada um dos membros aos restantes parceiros.

Aveiro tem uma história rica na indústria cerâmica, obviamente, como já foi dito, muitos milhares de trabalhadores, nas várias profissões, gente da cerâmica, mas também uma história dos investidores privados, das famílias, que ao longo de muitas décadas fizeram grandes investimentos na cerâmica e isso também penso que deve ser preservado para futuro.

Por outro lado, muitas das fábricas cerâmicas tem a sua área museológica, o seu histórico de produtos, de catálogos, etc. Isso também deverá ser preservado, porque é isso que vai fazer história nos próximos anos.

A Cerâmica é uma parte integrante da história aveirense. E da mesma maneira que fazemos parte da Rede Nacional de Cidades e Vilas com cerâmica é com agrado que vemos esta integração agora num projeto mais de âmbito cultural, mas do qual não pode ser dissociada

a parte industrial e a parte científica da investigação, porque todas elas contribuem para a divulgação da cerâmica nas suas diferentes vertentes."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[057](#)

"Boa noite a todos. O Partido Socialista em relação a esta proposta, obviamente que entende que é importante e interessante. É interessante esta proposta, sobretudo por promover uma atividade a que Aveiro está indissociável e que está extremamente ligada desde sempre. Ainda agora foi falado aqui, estamos aqui na Fábrica Campos e aqui ao lado havia outras fábricas que se dedicavam à cerâmica e embora hoje não existam aqui, existem noutros sítios da nossa da nossa região, do nosso concelho e até nos concelhos vizinhos. A cerâmica está tão ligada à nossa cidade que, como já aqui também foi referido, a Universidade deu essa importância à atividade cerâmica com os cursos que existem na nossa universidade desde o seu início.

Portanto eu entendo que, ao apresentar esta proposta, é todo o interesse que Aveiro faça parte da mesma, sendo assim parceira de outras cidades que também se dedicam à cerâmica. E é importante para promover a nossa cidade a nível internacional.

Queremos e desejamos que Aveiro beneficie desta Associação. Que não seja mais um protocolo para ficar assinado, muito bonito, com tudo o que isso traz, mas que, de facto, e, na prática, traga benefícios grandes para a nossa cidade.

Num dos aspetos que estive aqui a ver, gostaria que me explicassem, porque diz assim: a capacitação de Aveiro poder vir a integrar redes que permitam a captação de cofinanciamento". Gostaria de saber quais eram esses financiamentos? Só uma ideia. Terminando, dizer que nos congratulamos com esta iniciativa e que esperamos que Aveiro realmente faça parte desta associação, mas que na prática comece a ter frutos desta Associação e que não seja apenas mais um nome para ficar na história."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[058](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas dar aqui uma nota. Pronto este este é um passo importante, positivo, não fosse Aveiro uma cidade e até uma região que está intimamente, intrinsecamente, ligada ao sector da cerâmica.

A doutora Ana Seiça Neves estava a falar da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, eu sou do tempo em que a fábrica Aleluia era ali atrás. E, portanto, não só. É importante a parte da Universidade, tudo isto sempre mexeu bastante com Aveiro. Temos por exemplo um dos Administradores da Vista Alegre formado em Cerâmica e Vidro aqui pela Universidade de Aveiro, e por esse país fora há muita gente que foi exportada daqui da Universidade. E, portanto, é claramente um aspeto positivo e que acrescenta e que eu julgo que esta é a razão pela qual isto vem à Assembleia Municipal. Esta adesão tem um custo quase irrisório para aquilo que é o benefício que vai trazer de divulgação, pelo facto de estarmos a fazer parte desta associação. Disse."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[059](#)

"Obrigada Senhor Presidente. Aveiro tem uma longa tradição na cerâmica, em concreto a freguesia de Aradas também, e por isso não podia deixar passar a intervenção, porque todos sabemos que a freguesia de Aradas tem uma longa tradição de cerâmica e ainda hoje mantém duas fábricas importantes e com grande dinamismo nesta área.

E depois queria realçar o trabalho do Senhor vereador Capão Filipe, com quem tivemos o privilégio de já no âmbito destes trabalhos preparatórios em 2018, organizar o "bom dia

cerâmica" e que passou precisamente por aquele domingo, por termos aquelas palestras muito interessantes com Universidade de Aveiro, com a visita à fábrica histórica e depois culminou no momento que todos nós que lá estivemos recordaremos com bastante saudade.

E, portanto, queria deixar aqui esta nota muito positiva de integrarmos a rota europeia da cerâmica, e também, sobretudo a nota positiva que de facto é um realçar do nosso património identitário. E identitário da cidade, enquanto centro cidade e também da freguesia Aradas, que se reveem nesta arte da cerâmica e da olaria e que ainda hoje mantêm viva esta tradição e se reveem completamente nesta arte.

E sem dúvida enaltecer o trabalho do executivo municipal, porque vimos não só apresentar-se uma candidatura a Capital Europeia da Cultura, mas a construir pontes e a construir laços que permitem que seja não uma candidatura vazia, mas sim uma candidatura devidamente alavancada e com fortes possibilidades. E sem dúvida que isso muda tudo. Disse."

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Augusto Cruz de Aguiar)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[060](#)

"Esta parceria é mais um passo na caminhada de Aveiro a Capital Europeia da Cultura. Nesse âmbito a bancada do PSD votará favoravelmente a proposta. Defender e estudar a cerâmica é defender e estudar o passado e a história de muitos aveirenses e das suas artes."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[061](#)

"Senhor Presidente muito obrigado, obrigado a todos. Duas ou três notas. A primeira subscreveu tudo aquilo que disse o David Silva, embora dar uma nota para somar aquilo, de uma forma arriscada, mas eu vou fazê-lo àquilo que disse David Silva e que disse o Jorge Greno. Porque obviamente reconhecer os trabalhadores porque fundamentais, mas sem os empresários, os trabalhadores pura e simplesmente não tinham trabalho. E, portanto, a capacidade empreendedora dos aveirenses é uma marca distintiva da nossa história. E as nossas empresas, algumas delas multinacionais portuguesas, de capital português, e outras multinacionais de capitais de outros países, que estão cá a trabalhar connosco, são de facto, uma marca distintiva muito importante e com uma capacidade que a história conta muito bem, de se adaptar aos novos tempos, de deixar método A, e passar para o método B, aquela fase especialmente ali na década de 90 que achávamos que a nossa cerâmica ia toda à falência, e verificamos que a nossa cerâmica hoje é competitiva da linha da frente à escala europeia. Seja na loiça, seja nos revestimentos, entre outras dimensões e, portanto, é uma história com muito bons episódios em momentos muito diferentes da nossa história. E isto deve-se a este ecossistema com empresários, com trabalhadores, com a universidade, com um bem-fazer e com uma marca que vem das origens de Aveiro.

A nossa presença neste sector de actividade está nas primeiras histórias que se contam lá bem no tempo recôndito. E portanto quero deixar essa nota.

Ó Eduardo, não estragar o debate a responder-lhe, como é evidente. Porque o que seria da cerâmica sem as cidades de betão, usando a sua expressão. Íamos pôr os azulejos e os revestimentos não sei exatamente onde. De certeza não daria para flutuar nas águas dos canais, porque aquilo é pesado e afunda. Enfim.

Portanto vou deixá-lo aí nessa sua tentativa de denegrir a nossa terra. Obviamente, que esta é uma terra que ao longo do tempo se fez desta conjugação muito íntima da materialidade e de imaterialidade, do barro tirado aqui do barreiro ao lado, ou de tantos

outros, ou de outras matérias-primas, nomeadamente o betão. Embora numa temporalidade mais próxima. Para que, de facto, essa dimensão física seja uma parte fundamental, como é, e vai continuar a ser, da qualidade de vida das pessoas. Porque isto do amor e uma cabana feita de junco, com certeza que os índices de felicidade dos aveirenses não seriam tão altos como aqueles que temos. Embora, queremos seguir em frente e subi-lo porque obviamente temos por onde fazer e muito, para que esse índice se vá acrescentando.

Gostava também de deixar uma nota referente àquilo que a Ana Maria Seiça Neves referenciou em relação àquela expressão da captação de cofinanciamento.

Qual é o jogo que hoje fazemos, nomeadamente para aceder aos fundos das chamadas iniciativas comunitárias? Das duas, uma. Quando fazemos candidaturas, muitas delas exigem rede, temos de nos candidatar com redes de cidades de vários países, de cidades e universidades, enfim, vários tipos. E, portanto, muitas vezes a maior parte das vezes montamos redes por projeto.

Uma outra estratégia que cada vez mais vamos seguindo é ter redes que se estabilizam por desenvolverem e executarem projetos e que algumas delas mantêm informalidade, outras formalizam-se em redes formais ou em associações, para termos redes prontas para ir a esses processos de captação de cofinanciamento, muito especialmente para os fundos comunitários geridos diretamente pela Comissão Europeia, vulgarmente conhecidos como as iniciativas comunitárias. Por exemplo, nós estamos na rede CriArte ou na rede Sensil, que são neste caso redes não constituídas em Associação, mas formalizadas à volta de projetos que têm sido aprovados.

A CriArte já vai na segunda operação e com grande sucesso. O CriArte é na área da Cultura e a rede Sensil é na área do ambiente e serviço urbano com responsabilidade ambiental. E portanto são estas as utilizações e as utilidades a esse nível que estas redes têm, para podermos jogar esse jogo da conquista de financiamentos em fundos comunitários.

E obviamente permitam-me uma palavra para a nossa telenovela Bem-me-Quer. Portanto a telenovela da TVI Bem-me-Quer, que fala da cerâmica, que fala deste edifício, que fala da cultura aveirense. E portanto uma palavra aqui porque também é uma nota de cultura É uma nota de promoção e de marketing da cerâmica, dos empresários e dos trabalhadores da cerâmica aveirense, tendo como base este edifício absolutamente fantástico, de onde queremos sair.

É muito importante para o rentabilizar na dimensão patrimonial e cultural, tirarmos daqui a Câmara. Tirarmos daqui o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Centro de Emprego. E virmos a ter este magnífico edifício entregue à Cultura, entregue à musealização e a promoção da cerâmica, na sua história, das suas múltiplas aplicações, dando mais pressão e dimensão ao nosso Centro de Congressos, que queremos que seja uma peça mais importante ainda no todo do edifício e, obviamente que a promoção da telenovela Bem-me-Quer nos induza em motivação para virmos a conseguir manter energia para lutar por esse objetivo e, obviamente, vir a concretizá-lo com a brevidade que obviamente as condicionantes que consigamos ultrapassar, nos possam vir a permitir. Muito obrigado pelo apoio. Temos muito gosto em prosseguir este caminho nesta rede europeia. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶² o Ponto 2 Apreciação e votação da adesão à “European Route of Ceramics Associations”, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta três votos favor (PSD15+CDS5+PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Eduardo Antunes (BE):

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção era a sua declaração de voto."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁶³ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que os trabalhos da sessão⁰⁶⁴ nos termos regimentais, continuam no dia 26FEV2021 (sexta-feira), no mesmo local.

Eram 23:30 horas do dia 19 de Fevereiro de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)